

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE JULHO DE 2013

NÚMERO 6.576

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 053ª Sessão Ordinária realizada em 02/07/2013.....2 Ata da 054ª Sessão Ordinária realizada em 03/07/2013.....11 Ata da 023ª Sessão Especial realizada em 04/07/2013, às 19h20</p> <p>Publicações Diversas Extratos23 Portarias.....24</p>
--	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e

sras. deputadas, faço uma saudação especial a todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc.

Quero aproveitar para fazer o registro de que no próximo dia 11 de julho, às 19:30h, na Sociedade Recreativa Beneficente Amigos de Penha, teremos uma audiência pública para discutir a segurança nos municípios de Penha, Piçarras, Barra Velha e Navegantes. Uma preposição das Câmaras de Vereadores desses municípios e que em conjunto tratam a questão segurança pela proximidade e pela necessidade.

Também quero registrar que recebemos da Fiesc o informativo Desempenho e Perspectivas da Indústria Catarinense 2013. Então, agradecemos o empenho e o encaminhamento pelo sr. Henry Quaresma, diretor de Relações Industriais. Esse informativo tem uma apresentação do presidente Glauco José Côrte.

(Passa a ler.)

“A Fiesc está lançando a 13ª edição da publicação Desempenho e Perspectivas da Indústria Catarinense. O trabalho foi realizado com o apoio do BRDE, parceiro desde a primeira edição.

No estudo constam informações sobre os investimentos industriais realizados em 2012 e as previsões para o triênio 2013 a 2015. O trabalho também traz uma síntese do comportamento econômico no ano passado e perspectivas para o atual.

Os baixos resultados da economia nacional em 2012 mostram que o novo ciclo de crescimento deverá se apoiar nos investimentos. Uma maior competitividade será possível através de investimentos em inovação, tecnologia e educação. Apoiar e acompanhar os investimentos industriais torna-se estratégico tanto para o crescimento industrial quanto do estado e do país.

Os governos precisam agir com sentido de urgência para tornar o ambiente mais favorável aos investimentos. A Fiesc, por sua vez, continuará trabalhando pelo aumento do desempenho industrial e pela melhoria da competitividade da indústria catarinense, um dos pilares para o desenvolvimento sustentável.”

Essa é a manifestação do presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, em que o livro traz o relatório das atividades e o desempenho referente a 2012 e as respectivas parcerias, projetos, necessidades para o triênio 2013, 2014 e 2015.

Eu também quero aproveitar este horário, sr. presidente, para parabenizar a Fetaesc que hoje comemora 45 anos. Ontem, tivemos uma sessão aqui em sua homenagem, uma proposta do colega deputado Mauro de Nadal. E cumprimento o presidente José Walter Dresch, amigo, companheiro.

Acompanho o trabalho do José Walter Dresch, desde o momento em que foi militante no sindicato, em São Miguel, depois presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e hoje

presidente da Fetaesc. Então, o nosso reconhecimento a ele e a todos os 200 sindicatos no estado, que compõem a Fetaesc, pela importância do trabalho e pelas lutas que têm feito em prol da agricultura de Santa Catarina.

Hoje, temos uma paralisação promovida pela associação comercial e entidades empresariais e políticas do município de Xanxerê, em razão das obras terem parado na BR-282. Quem passa por lá, ou mora nesse município, e as indústrias que dependem dessa rodovia sabem do que estou falando. É um crime contra a economia do nosso estado o abandono daquelas obras no perímetro urbano do município de Xanxerê. Ali são aproximadamente três quilômetros que para investimentos futuros há necessidade que o DNIT faça a duplicação de mais um espaço igual.

Não gostaria de entrar no mérito da discussão que o Brasil está debatendo tão fortemente, mas temos um regime diferenciado das obras da Copa do Mundo.

Lá temos uma obra há quase três anos, deputado Jorge Teixeira, paralisada, prejudicando o município de Xanxerê, prejudicando todo o oeste catarinense, e não há uma solução, não há um regime diferenciado.

Parece-me que a empreiteira que fazia a obra faliu, quebrou, abandonou a obra, pelo menos, e precisa-se de uma solução, pois sabemos que no serviço público os administradores ficam engessados com essa questão.

É uma obra importante, uma obra fundamental para o município de Xanxerê, para o oeste catarinense e para o estado de Santa Catarina, mas infelizmente a paralisação daquela obra levou hoje toda a comunidade, a classe empresarial, as associações a fazerem uma paralisação. E deve ter havido trancamento da BR, pedindo que o governo federal, que o DNIT, veja a importância e a necessidade de concluir aquela obra.

Então, as obras realizadas de hospital, de BRs, quando uma empresa abandona, desiste, temos meios legais através da lei de licitação, mas é preciso criar um regime especial, diferenciado nessas questões, porque senão o governo fica engessado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço o nobre deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Quero me somar à sua fala. Inclusive, esse é um tema que tratamos aqui várias vezes. E estivemos várias vezes juntos ao DNIT discutindo isso, pois é uma rodovia que usamos semanalmente.

Então, de fato, para o desenvolvimento de Xanxerê, uma vez que a BR-282 é uma das rodovias principais do estado do estado de Santa Catarina, principalmente para o oeste...

Lamentavelmente, mais uma vez vimos, perto de Laguna, no sul, na BR-101, que a empresa quebrou, não passou a obra para frente. Tenta repassar para outra empresa, mas a negociação não avançou ainda. E fazer nova licitação agora pode demorar mais ainda.

Então, precisamos, e concordo com v.exa., criar regras mais práticas para quando houver quebra de uma empresa, para possamos rapidamente contratar outra e fazer as obras andarem, porque a sociedade nos exige.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, colega deputado Dirceu Dresch. É muito importante a sua manifestação.

Realmente, encontramos obras de escolas, de hospitais, enfim, obras públicas que quando há um problema com a empresa ganhadora da licitação o estado fica engessado, e obras importantes ficam, por longo tempo,

paralisadas. Então, é importante que se busque uma forma de resolver rapidamente.

Também registro a solidariedade da Assembleia Legislativa com a população de Xanxerê, com a comunidade, com a classe empresarial, com os que estão fazendo esse manifesto para essa obra que precisa de solução. (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital.

Hoje, na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, aprovamos projetos importantes, deputado Serafim Venzon, depois de duas audiências públicas realizadas no dia 1º de julho, para discutir um projeto que tramita nesta Casa, de origem governamental, e mais oito projetos parlamentares que, inclusive, debatemos no dia de ontem.

Aprovamos hoje na CCJ um projeto de lei de origem governamental, com as contribuições de outros projetos de vários deputados e deputadas desta Casa, que trata da prevenção a incêndios e pânico no estado de Santa Catarina. E hoje se comemora o Dia Nacional do Bombeiro, então, foi uma boa oportunidade para aprovarmos na CCJ, por unanimidade, esse projeto.

Quero também aproveitar para convidar todos os presentes e a população catarinense para uma sessão solene, hoje, às 19h, nesta Casa, em homenagem aos bombeiros e aos projetos realizados pelo Corpo de Bombeiros, que são exemplo para este estado, como o projeto Bombeiro Mirim.

O que me faz assomar à tribuna nesta tarde é para dizer que Blumenau ficou mais triste com o falecimento, na tarde de ontem, do sr. Harold Heinrich Letzow, embaixador da Oktoberfest, como era carinhosamente conhecido por todos os blumenauenses e visitantes da cidade. Ele completaria 89 anos. Deixa órfã a sua família e todos os descendentes de alemães. Ele, mais do que ninguém, personificou a alegria da maior festa germânica no Brasil, a Oktoberfest.

Nasceu em Taió, no alto vale do Itajaí. Desde muito cedo, Harold Letzow cultivou o amor à tradição alemã. Aos 14 anos ajudou os pais na administração da Sociedade de Caça e Tiro Pomerode, onde foi morar com a sua família, tendo assumido a presidência daquele clube em 1949. Ele foi o criador de uma orquestra jovem de bandoneon, instrumento comum na música típica alemã.

Em 1959, seu Letzow se mudou para Blumenau, ajudando a fundar o Clube Cultural 25 de Julho, clube em que foi presidente por três gestões. No clube, promoveu um dos maiores encontros de corais da região e fundou em 1984 o primeiro grupo folclórico de danças alemãs de Blumenau - o Blumenauer Volkstanzgruppe. Esse grupo nasceu com a Oktoberfest e foi formado para resgatar a tradição dos nossos antepassados alemães. E foi na grande tragédia de 83 e 84, quando Blumenau foi vitimada por enchentes, que se organizou, através do prefeito à época, Dalto dos Reis, e criou-se a Oktoberfest, para dar alegria ao povo que tinha sofrido com duas grandes enchentes, perdendo suas casas e seus comércios.

O seu Letzow foi um dos organizadores dessa festa. E o seu grupo de dança foi o único que participou de todas as edições da Oktoberfest. Ele foi um dos maiores defensores da cultura e das tradições germânicas. Ele tornou-se o embaixador oficial do evento em 1997, quando Décio Lima foi prefeito de Blumenau. A última participação efetiva, em que participou de todos os desfiles da festa, foi em 2002. No ano passado, em 2012, ele participou de todos os desfiles

também, e no último desfile pediu para o seu filho colocar uma faixa de despedida, agradecendo ao povo de Blumenau e às pessoas que visitavam a nossa cidade, pelos 30 anos de aplausos.

Naquele ano mesmo começaram os grandes problemas de saúde, causados pelo mal de Alzheimer. E um dos personagens mais queridos da Oktoberfest deixa-nos para levar sua alegria contagiante em outra dimensão. É isso que acredito. Estamos nesta vida de passagem e precisamos sempre fazer o bem para melhorar a vida das pessoas. E foi assim com o seu Letzow.

Deixa quatro filhos, netos, bisnetos e a esposa Odaci. À família do querido Harold Letzow, a nossa homenagem ao embaixador da Oktoberfest.

O nosso embaixador se foi, mas tenho certeza de que conseguiu transmitir, através das suas convicções, muitas coisas boas para Blumenau.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, todos que nos acompanham.

Quero, nesta tarde, fazer um registro sobre a moção que fizemos aqui, no dia 16 de junho, contra as Resoluções n.s 429 e 434, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). E volta a velha discussão do emplantamento, da documentação de tratores e máquinas agrícolas no nosso país.

Pela informação que tivemos, srs. deputados, houve uma audiência pública, na Câmara, solicitada pelo deputado Marcão, do PT, do estado do Rio Grande do Sul. E essa resolução foi suspensa novamente, por conta das grandes mobilizações que houve em todo o Brasil, inclusive nesta Casa e em outros espaços, pelas organizações dos agricultores.

Nós ainda estamos buscando essa informação, se confere o fato de ter sido suspensa. Mas esperamos que isso se resolva de fato, porque não concordamos de que máquina agrícola, trator, que no máximo vai para a BR, para as rodovias, quando vai de uma lavoura para outra ou quando vai para o conserto, tenha que ser emplantada. Por isso, somos contra essa questão do emplantamento.

O segundo ponto que quero trazer aqui, como presidente da comissão da Aquicultura e Pesca desta Casa, é o acordo entre o ministério da Pesca com o governo do estado, através da secretaria de Agricultura, para a demarcação de 437 fazendas de maricultura no estado, localizadas entre Palhoça e São Francisco do Sul.

Até dezembro de 2014 serão investidos 3.14 milhões, com a contrapartida de 20% do estado. São 3.14 milhões do governo federal, e do estado são 20% de contribuição. Isso é justamente para fazer essa sinalização, que era uma das reivindicações dos nossos agricultores e principalmente dos maricultores do estado de Santa Catarina, pois temos um grande número de famílias que tiram dessa atividade a sua renda, a sua sobrevivência e que, portanto, precisam da sinalização dos locais, das fazendas que funcionam. Ali vamos ter uma demarcação dentro do mar, onde os maricultores estarão produzindo e tirando a sua renda, trazendo desenvolvimento para o nosso litoral de Santa Catarina, entre Palhoça e São Francisco do Sul.

Essa é uma das reivindicações que estamos tratando em várias audiências públicas. Inclusive, era uma das principais reivindicações dos maricultores do município de Governador Celso Ramos.

Então, ficamos felizes, porque é onde o ministério da Agricultura e Pesca faz mais um importante investimento no estado.

Falando nisso, tivemos, na semana passada, dois grandes seminários, um em Imaruí, no sul do estado, e um em São Ludgero, com uma participação muito grande de agricultores, pescadores e também de lideranças dos municípios, principalmente do complexo Lagunar, em Imaruí, colônias de pescadores, sindicatos, cooperativas, federações, quando encaminhamos boas iniciativas em defesa da nossa pesca.

Na próxima quarta-feira, pela manhã, vamos ter mais uma audiência pública, no dia 10, para discutir a cadeia produtiva da piscicultura e da maricultura.

Quero falar sobre o momento nacional que o nosso país vive, que teve repercussão dentro do país e fora dele, com relação às mobilizações principalmente da nossa juventude. E queremos reforçar a legitimidade da importância de o povo, de a população, ir para as ruas quando se desafia avançar em políticas públicas no Brasil.

Reconhecemos a importância da luta, da mobilização, porque entendemos que é um grande caminho que a democracia nos coloca para reivindicar, para buscar direitos, para buscar investimentos, principalmente política pública, transporte, saúde, educação, enfim, um conjunto de providências.

Quero ressaltar que o governo da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula tem feito grandes transformações no país. Isso com certeza está sendo reconhecido pela sociedade brasileira. Caso contrário, estaríamos, hoje, com certeza, debatendo sobre a falta de emprego. E lembramos que há 12 anos, 13 anos, tivemos 50% da juventude desempregada no Brasil. Felizmente, hoje, estamos com políticas acertadas e vemos um país com pleno emprego. Outra questão seria a valorização do salário mínimo no país, pois em 2002, 2001, tivemos um salário mínimo de 68 dólares, o que hoje equivale em torno de R\$ 150,00. Então, valorizamos o salário do nosso país e continuamos valorizando o salário mínimo do Brasil.

Além disso, poderia estar-se discutindo a abertura de novas universidades federais, porque abrimos, durante esses dez anos, 14 universidades, mais de 350 escolas técnicas, e através do ProUni são mais de dois milhões em bolsas de estudo para jovens que estão estudando. Então, se não fossem essas mobilizações passadas, com certeza teríamos outras pautas.

Agora, também fruto do desenvolvimento que o país vem caminhando, de crescimento econômico, de geração de emprego, de renda, vivemos algumas consequências que impactam a sociedade brasileira. E uma das grandes consequências é o trânsito, onde o povo brasileiro, os trabalhadores assalariados, tiveram condição de comprar o seu carro. E aí é óbvio que aumentamos a frota de automóveis nas cidades, nas BRs, pois as pessoas tiveram melhores condições de financiamento para poderem comprar caminhões próprios e fazerem o transporte.

O pobre, o trabalhador, não viajava de avião neste país, mas agora começou a viajar. E assim a infraestrutura nossa não consegue acompanhar os investimentos para dar conta dessa nova demanda que o país gera, a partir do nosso crescimento econômico, geração de emprego e renda do nosso povo brasileiro.

Portanto, algumas importantes pautas foram resolvidas e outras estão por serem resolvidas. Infelizmente, o nosso governo, a presidente Dilma Rousseff, tem feito um grande esforço nesses últimos dias e, com certeza, vai atender à grande parte das reivindicações do povo brasileiro. E o Congresso Nacional tem contribuído, eis que aprovou os *royalties* para a saúde e educação. Mas iremos avançar muito nesse próximo período.

Agora, o que entendemos ser importante, sr. presidente, é encarmos o tema

da reforma política. O financiamento privado de campanha é um dos grandes gargalos da corrupção política em nosso país. Se não resolvermos isso, não resolveremos esse debate estratégico, não apenas do financiamento público de campanha, com prestação de contas clara e outros temas, como a questão de fortalecimento dos partidos políticos, da fidelidade partidária, das alianças proporcionais, que precisam ser encarados no próximo período.

Então, acredito que o nosso país, depois de ser campeão da Copa das Confederações, com certeza...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta tarde de terça-feira, quero usar esses cinco minutos para fazer uma referência especial ao Dia dos Bombeiros, comemorado a cada dois de julho. Nesta data, quero fazer uma eloquente saudação a todos os companheiros bombeiros militares do estado de Santa Catarina, a todos os homens e mulheres que compõem essa instituição respeitada da sociedade catarinense, e assim o é de todas as partes do Brasil.

Ontem, tivemos uma audiência pública, aqui na Assembleia Legislativa, para debater um assunto de interesse da sociedade catarinense, uma pauta dos bombeiros militares do estado, que é a aprovação do Projeto de Lei n. 65/2013, que veio do Executivo e que tem um conjunto de tentativas de inserção de emendas por parte de deputados que também elaboraram projeto nesse sentido, aproximadamente seis, oito projetos que foram elaborados por parlamentares agora neste ano de 2013, especialmente a partir do sentimento de insegurança provocado por aquela tragédia na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que ocasionou a morte de 242 pessoas, jovens, num incêndio em uma boate.

Assim, diversos projetos foram apresentados por deputados nesta Assembleia, e assunto específico tem sido demandado pelo corpo de bombeiros militares há pelo menos 15 anos, deputada Luciane Carminatti.

Há 15 anos que o Bombeiro Militar de Santa Catarina busca instituir numa lei estadual aquilo que já existe em norma federal, mas que ainda não tem em instituição do estado, não teria a atribuição específica de cumprir e de fazer cumprir. Os bombeiros militares de Santa Catarina seguem essa normatização técnica federal, mas de fazer cumprir, não, no sentido de que o Bombeiro faz a fiscalização, levanta uma situação de risco, averigua uma possibilidade iminente de uma tragédia, mas fica de mãos amarradas, não pode fazer nada. Ou melhor, o que pode fazer é encaminhar o assunto e o problema a outras instituições, à Polícia Civil, ao prefeito municipal ou ao Ministério Público. Evidentemente, o outro órgão vai receber a denúncia e vai começar um processo de investigação e de análise, para depois, se for o caso, tomar alguma decisão. Enquanto isso fica uma situação que possibilita a tragédia se não naquela intensidade, pelo menos parecida com aquela que houve em Santa Maria.

Então, por conta também desse acontecimento no Rio Grande do Sul, 15 anos depois o Palácio do governo encaminhou o projeto para a Assembleia Legislativa. Veio em regime de urgência, mas foi quebrado esse regime de urgência. E até não entendemos direito por quê.

Não é possível que possa haver qualquer sentimento de qualquer deputado ou de qualquer setor da sociedade catarinense que possa ser contra a aprovação desse projeto. Apresentar emenda, melhorar, crescer, modificar, evidentemente que é compreensível, mas retardar a sua aprovação, em minha avaliação, é uma irresponsabilidade.

Foi aprovado na manhã de hoje, na comissão de Constituição e Justiça, felizmente, e aí temos a expectativa que seja aprovado, amanhã, na comissão de Finanças e de Trabalho ou de Segurança, para que possa, já na tarde de amanhã, ser aprovado em plenário esse Projeto de Lei n. 0065, dando o poder de polícia ao Corpo de Bombeiros, que é a forma de garantir que o Poder Público do estado tenha um ente responsável e responsabilizável por essas questões.

Há necessidade de termos uma legislação e termos o poder de polícia para o Corpo de Bombeiros. É a possibilidade de que um órgão público estadual, com autonomia para tal, possa inclusive interditar o ambiente que possa provocar uma tragédia e que evidentemente fique responsabilizável pela segurança da população, porque a lei imporá que terá atribuição e obrigatoriedade de agir no caso de necessidade.

Então, essa é a expectativa dos bombeiros e também a nossa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Eu gostaria de cumprimentar o deputado Romildo Titon, nosso vice-presidente, que preside esta sessão. E, em seu nome, quero cumprimentar todos os srs. deputados, a sra. deputada Angela Albino e todas as nossas colegas deputadas.

(Passa a ler.)

"Hoje, dia 02 de julho, é uma data consagrada aos Bombeiros, para prestarmos em nome da nossa bancada uma homenagem a essa importante categoria, que tem o maior nível de confiabilidade.

No mundo, 98% das pessoas confiam nos bombeiros. E no Brasil, 94% confiam nos bombeiros.

Por isso, essa é uma data para uma homenagem justa e necessária a se fazer a essa corporação e às pessoas que fazem parte dela.

O Corpo de Bombeiros foi criado no Brasil por D. Pedro II, no Decreto Imperial n. 1.775, de dois de julho de 1856, regulamentando pela primeira vez o serviço de extinção do fogo. Seu primeiro comandante foi o major João Batista de Morais Antas. Por isso, o patrono do Corpo de Bombeiros do Brasil é D. Pedro II.

Mais tarde, a data foi oficialmente incorporada no rito nacional pelo Decreto Federal n. 35.309, no dia dois de abril de 1954, pelo então presidente Getúlio Vargas, do PTB.

No mundo, o Dia Internacional dos Bombeiros é quatro de maio, dia de São Floriano, patrono mundial da categoria".

Por isso, nós do Partido Progressista queremos nesta tarde também nos irmanar às homenagens e à comemoração do Dia Nacional dos Bombeiros.

Quero também, sr. presidente, relatar a missão que participamos acompanhando o governador Raimundo Colombo ao Japão, na última semana, missão também formada por empresários de Santa Catarina, pela Federação das Indústrias, Fiesc, por técnicos da secretaria da Agricultura, pelo secretário João Rodrigues, por entidades representativas da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, também da Associação Brasileira de Exportadores de Carnes Suínas. E

tivemos vários encontros e tratativas com o ministério da Agricultura no Japão, visando remover os últimos entraves para a liberação, a exportação de carne suína catarinense para o Japão.

Queremos referenciar o grande trabalho da embaixada brasileira no Japão, também de técnicos ligados à equipe, pela receptividade, pelo acompanhamento e pelo trabalho desenvolvido no sentido de abrir esse importante mercado para Santa Catarina. E da mesma maneira é preciso reconhecer o ministério da Agricultura, representado pelo superintendente que esteve junto acompanhando toda essa missão.

Foram feitos encontros proporcionados pela Fiesc, também com o instituto equivalente aqui no Brasil ao Sebrae, onde foram feitas várias tratativas e trocas de informações e conhecimentos, para que também além da carne suína seja aberta a possibilidade de exportação de outros produtos do Brasil para o Japão, um mercado muito forte, que tem uma economia sólida, de bons negócios. Então, que o Brasil e Santa Catarina venha aos poucos consolidando essa parceria.

Por isso, estamos nesta tarde prestando contas desta tribuna. E temos também o deputado Moacir Sopelsa que acompanhou essa missão, ele que é presidente da comissão de Agricultura, produtor de suínos, nosso grande líder do agronegócio do município de Concórdia, que acompanhou toda a missão chefiada pelo governador Raimundo Colombo. E, digase de passagem, o nosso governador Raimundo Colombo já esteve três vezes, somente este ano, no Japão, para resolver de uma vez por todas esse entrave que é tão importante para a suinocultura catarinense.

Os nossos produtores de suínos, que hoje comercializam carne abaixo do custo de produção, estão vendo nessa abertura de mercado a grande possibilidade de começarem a ter lucratividade com essa atividade. Por isso, a importância dessa missão.

Queremos reconhecer todos os entes governamentais, a iniciativa privada que também se fez presente nessa viagem para o Japão.

O Japão é hoje, sr. presidente, o maior importador de carne suína do mundo, comprando o equivalente a 1,2 milhões de toneladas por ano. E a expectativa é que numa primeira etapa Santa Catarina possa responder talvez à exportação de 10% desse mercado. E esperamos condições de ocupar esse espaço, exportando ainda em torno de 100 mil a 120 mil toneladas por ano para o mercado do Japão.

Com isso o estado deve exportar até 230 mil toneladas, num horizonte de três a quatro anos. Hoje, Santa Catarina é líder nacional em produção de carne suína. Somos o estado que mais produz carne suína, uma média de 800 mil toneladas/ano. A projeção do Sindicame indica que a produção catarinense de carne suína, com essa exportação para o Japão, poderá passar, num horizonte de três anos, para um milhão de toneladas já em 2017, um aumento no nível de produção de 30%.

Hoje a nossa produção é concentrada na região oeste, e essa abertura com o mercado japonês irá projetar mais regiões, talvez, como o sul do estado e outras regiões o alto vale do Itajaí, para aumentar sua produção, gerando novas oportunidades de negócios, de diversificação da propriedade agrícola. E, sem dúvida nenhuma, a expectativa é que tenhamos aqui um incremento da lucratividade, da rentabilidade da suinocultura catarinense.

Por isso, na qualidade de deputado estadual, também de membro da comissão de Agricultura e da comissão de Economia, queremos cumprimentar o governo estadual, todos os técnicos envolvidos no processo de sanidade animal da Epagri, da Cidasc, do ministério da Agricultura, porque ao longo dos anos construímos

uma condição sanitária animal que nos proporcionou, nesta última semana, acessarmos a um dos mercados mais exigentes para importação de carne, que é o mercado japonês. Através deles, Santa Catarina terá condições de exportar para a Coreia do Sul e para outros mercados, porque o mercado japonês nos credencia a acessar novos mercados.

Por isso, daqui para frente temos que organizar e planejar a nossa produção e nos aparelharmos para termos, sem dúvida, um melhor rendimento econômico, mais especificamente para todos os produtores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero fazer um agradecimento muito especial ao nobre deputado e colega de partido José Nei Ascari, por um importante trabalho que ele fez na comissão de Constituição e Justiça, através de um pedido de vista a um projeto meu, conseguindo fazer com que o parecer do relator fosse derrubado, e mostrou que o nosso projeto de lei é constitucional e que pode ser discutido e aprovado por aquela comissão.

Trata-se do Projeto de Lei n. 0042/2013, de minha autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da secretaria Estadual de Saúde, informar ao Juizado da Infância, da Juventude e do Idoso ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus tratos. Temos acompanhado pela imprensa vários casos de pessoas que colocando câmeras escondidas acabam vendo, infelizmente, a imagem tão ruim e desastrosa de pessoas que agredem crianças, adolescentes ou idosos.

São cenas revoltantes que, muitas vezes, vêm à tona para mostrar uma pontinha somente do que acontece no dia a dia das casas, principalmente aqui no Brasil.

Temos acompanhado também a ação forte da Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso, quando se trata de denúncia dessas pessoas. Mas o que observamos é que, na verdade, há muita agressão em criança, adolescente e idoso que entra na rede pública de atendimento, e, muitas vezes, dá para perceber, deputado Neodi Saretta, que é uma agressão, mas o funcionário não tem a obrigatoriedade de passar para frente aquela possível agressão para que possa ser verificada a sua veracidade ou não.

Este nosso Projeto de Lei n. 0042/2013, no seu art. 1º, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

Art. 1º. O funcionário da Secretaria Estadual de Saúde, no exercício da sua função, que detectar indício de maus tratos em crianças, adolescente ou idoso, fica obrigado a informar a direção do órgão de sua atuação para que através de ofício, imediatamente, comunique a Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso.

Parágrafo Único - O ofício de informação dirigido à Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso deverá conter as seguintes informações:

I - Nome completo do menor ou idoso e qualificação se possível;

II - Qualificação do acompanhante no momento do atendimento;

III - Cópia completa do boletim de atendimento com os respectivos procedimentos adotados.

Art. 2º - O servidor que não cumprir o que determina esta Lei ficará sujeito às

penalidades contidas no Estatuto do Servidor Público Estadual[...]”[sic]

Tenho absoluta certeza, deputado Nilson Gonçalves - e v.exa. trabalha na comunicação com os boletins de polícia -, de que v.exa., muitas vezes, já teve que noticiar a agressão à criança ou ao idoso por parte de pessoas, sejam elas familiares ou muitas vezes não familiares, que trabalham dentro das casas, e isso é revoltante.

Pois bem, o nobre deputado Aldo Schneider deu um parecer a esse projeto dizendo que encaminhava a rejeição do voto dele porque dizia que era inconstitucional.

O deputado José Nei Ascari fez o voto de vista ao Projeto de Lei n. 0042/2013 colocando uma série de ponderações da própria Constituição quando diz no art. 24:

(Passa a ler.)

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

[...]

XV - proteção à infância e à juventude”;

[...]

O art. 227 da Constituição diz:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

E mais ainda, a Constituição Estadual, no art. 186, diz:

“Art. 186 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, observados os princípios e normas da Constituição Federal.

Parágrafo único. Cabe ao Estado promover:

[...]

III - criação de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no seio das relações familiares[...]”[sic]

Ou seja, está no nosso estado o art. 186 que nos dá o direito de fazer esse tipo de lei.

Por isso, quero fazer aqui um enorme agradecimento ao deputado José Nei Ascari. E foi por conta dessa visão lúcida de todos esses parágrafos e artigos, sejam eles da Constituição Federal ou Estadual, que deram o entendimento para que todos os outros membros da comissão de Constituição e Justiça pudessem votar, sr. presidente, o voto de vista do deputado José Nei Ascari e não do relator da matéria, que era o deputado Aldo Schneider. Nada contra o deputado, mas por uma leitura jurídica teria dito que era inconstitucional. E estamos aqui exatamente para isso.

Mas tenho certeza de que agora, na continuidade do encaminhamento dessa nossa matéria, vai dar a possibilidade de logo, logo estar aqui em plenário e conseguirmos fazer com que seja lei, para que aqui em Santa Catarina, em qualquer hospital público que entrar um idoso, uma criança ou um adolescente, deputado Dóia Guglielmi, com sinais de agressão o servidor fique na obrigação de denunciar aquele ato. Sendo que se ele não fizer isso poderá estar respondendo por ato de prevaricação.

Não podemos de forma alguma estar aqui, atônitos, olhando essa violência doméstica que acontece. São Pais contra filhos; são filhos contra pais; é empregado de serviços de casa que acabam muitas vezes, como alguns cuidadores de idosos, deputado Jorge Teixeira, que acabam fazendo daqueles que deveriam cuidar os seus sacos de pancadas.

Estamos vivendo um fato, sr. presidente, muito visível. Estamos tendo cada vez mais pessoas com mal de Alzheimer. Antigamente diziam que a pessoa estava caducando, esquecendo, com amnésia, que chegou à velhice. E agora cada vez mais as pessoas estão tendo o prognóstico disso, que é o mal de Alzheimer, que começa com a pessoa se esquecendo das coisas recentes, lembrando das coisas mais antigas. E o final dele é a posição fetal do idoso.

Hoje, o mal de Alzheimer não esta pegando só pessoas da terceira idade. Temos pessoas muito mais jovens com esse mal. Então, é óbvio que precisamos garantir a essas pessoas que ficam numa vulnerabilidade muito grande a segurança e a certeza de que, se algo for feito contra elas, a lei vai ter condições de dar o direito para que essa pessoa pague pelo crime que está fazendo.

Por isso, quero mais uma vez agradecer ao deputado José Nei Ascari que com sua visão jurídica conseguiu buscar na Constituição Federal, na Constituição Estadual, pareceres, artigos e normas que pudessem salvar esse Projeto de Lei n. 0042/2013, que agora continua a sua peregrinação pelas outras comissões. E penso que em breve estará aqui para que possamos aprovar essa lei e dar um pouco mais de garantia às crianças, aos adolescentes e aos idosos nessa questão da agressão muitas vezes cometida dentro de casa.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao PMDB. Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, imprensa, no meu primeiro manifesto quero fazer um agradecimento e também os cumprimentos às corporações dos bombeiros pelo seu dia hoje. Sou um eterno, deputado Kennedy Nunes, defensor dos bombeiros voluntários que fazem na cidade onde moro, deputado Antônio Aguiar, um grande trabalho, mas hoje é o dia de todos os bombeiros que prestam seus serviços nas horas mais difíceis. Os meus cumprimentos a todos.

Também quero cumprimentar a direção do Hospital São Francisco, em Concórdia. A cidade completa 79 anos, este ano, e o hospital completa hoje 78 anos. O hospital nasceu junto com o município de Concórdia, um hospital que nos orgulha pelo trabalho que faz, um trabalho coordenado pelos Camilianos, com interesse voltado para a sociedade. Parabéns ao Hospital São Francisco.

Eu também quero agradecer aos colegas deputados por me permitirem fazer uso do Horário dos Partidos Políticos no dia de hoje.

Também quero cumprimentar e parabenizar o nosso partido que teve, no sábado passado, uma memorável convenção, da qual infelizmente não consegui participar. Dos 583 convencionais, se não me falha a memória, 557 exerceram o seu direito de voto.

Parabéns ao dr. Eduardo Pinho Moreira, nosso vice-governador, nosso presidente reeleito. Tenho certeza de que ele continuará elevando o nome do nosso partido,

em Santa Catarina. Um partido que tem, sem dúvida nenhuma, com respeito a todos os partidos, uma grande militância, uma grande bancada aqui na Assembleia e uma participação forte no governo Raimundo Colombo.

Também quero cumprimentar e parabenizar o deputado Mauro Mariani, aliás, ele deve ser duplamente parabenizado, primeiramente, por ter feito uma grande convenção e ser um grande companheiro. Eu tenho certeza de que se ele não ganhou a eleição, também não foi derrotado. É um grande líder que tem o PMDB. E o reconhecimento veio, deputado Antônio Aguiar, na convenção.

O segundo motivo de estarmos parabenizando é que a esposa do deputado Mauro Mariani, um dia depois da convenção, deu-lhe três filhas trigêmeas.

Eu, que sou pai de três filhas, posso aconselhá-lo a respeito, pois as minhas já são mulheres, deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti. Então, posso falar com conhecimento.

Meus parabéns ao deputado Mauro Mariani.

Antes de iniciar fazendo um pequeno relato da nossa viagem, concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. trouxe à baila um tema importante sobre a convenção do PMDB em Santa Catarina, mas saiba também que teremos as convenções municipais no final do ano. E quero estar junto com v.exa. compartilhando a grande vitória do PMDB, Partido Movimento Democrático Brasileiro, no estado de Santa Catarina, com a Presidência do Eduardo Pinho Moreira, nosso vice-governador, escolhido como o próximo presidente do PMDB do estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, gostaria de me reportar ao deputado Mauro Mariani, que fez com que as convenções agitassem o partido e ao mesmo tempo revigorassem o partido, mostrando que existem outros caminhos a percorrer.

Então, parabéns a Eduardo Pinho Moreira e também a Mauro Mariani, pelo importante ato de democracia que fizeram no sábado, aqui na Assembleia Legislativa, fazendo com que o partido do PMDB voltasse a ser grande e, mais uma vez, mostrando a união com a eleição que tivemos.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado, incorporo o seu pronunciamento à minha fala.

Ouvia há pouco o deputado José Milton Scheffer fazer um pequeno relato da nossa viagem ao Japão, muito cansativa, quando acompanhamos com muito prazer o governador Raimundo Colombo e sua comitiva, a comitiva do presidente da Fiesc, dr. Glauco Côrte. E lá estava também o vice-prefeito do município de Concórdia, Neuri Santhier.

Participamos do seminário organizado pela Fiesc, no Hotel Imperial, em Tóquio, com a presença de um grupo de mais de 60 empresários japoneses. E as tratativas junto aos empresários catarinenses foram as mais diversas, naquilo que é o nosso interesse, no momento em que mudar, imagino, uma trajetória de sucesso para a suinocultura catarinense.

Visitamos uma empresa, a Jetro, uma trade que funciona em apoio aos empresários japoneses interessados em exportações e importações. Participamos de um jantar, na embaixada do Brasil, em Tóquio, oferecida pelo embaixador Marcos Galvão. Foi um jantar feito com a carne catarinense da primeira

exportação, oferecida pela empresa BRF, líder no Brasil e no mundo.

O governador Raimundo Colombo fez questão de agradecer ao vice-ministro da Agricultura, do Japão, Yoshito Kajiyi, uma das pessoas encarregadas da entrada da nossa carne naquele país. O ministério da Agricultura japonês entendeu a qualidade dos produtos, a segurança que Santa Catarina oferece para aquilo que irão adquirir.

A delegação contou também com a participação do deputado José Milton Scheffer, do secretário da Agricultura, João Rodrigues, do presidente da Fiesc, Glauco Côrte, do presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Carne Suína - Abipesc, Rui Vargas, e do diretor-executivo do Sindicarne, Ricardo Gouvêa.

Nessa noite foi quando recebemos a primeira informação de que a BRF carregava, nos primeiros dias deste mês, os *containers* de carne suína para o Japão. O diretor da Aurora, Dilvo Casagrande, também anunciava, no mesmo momento, que carregaria mais dois *containers* para lá.

A empresa BRF está instalada na sua base eleitoral, deputado Romildo Titon, na cidade de Campos novos. Um frigorífico moderno, que tem todas as condições de exportar para o mundo.

Entendo que não basta só o mercado japonês que conquistamos que vai mudar a característica da produção de suínos em Santa Catarina, mas o mercado mundial podemos alcançar pela tradição, pela seriedade que os japoneses tratam os seus negócios.

Tenho certeza de que a partir de agora estaremos aptos, e já há interesse da China, da Coreia e dos Estados Unidos comprarem a nossa carne suína.

Espero que a suinocultura catarinense, que trabalhou tanto, que os produtores, as indústrias que pagaram para chegar a este momento, possam também fazer parte da lucratividade, deputado Neodí Saretta, uma vez que o Japão compra cortes de primeira de suíno, como é o lombinho, como é o filé mignon, como outros produtos importantíssimos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, só para registrar a presença do prefeito Almir Fernandes, do Sívio, do Jair, de Timbó Grande, também dos vereadores Amauri Furtado de Souza e Alexandro Evangelista, que estão aqui tratando de assuntos de interesse do município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar o ensejo também para transmitir um forte abraço a todos os prefeitos e vice-prefeitos dos quatro cantos deste estado, que se encontram em Florianópolis, e muitos deles estão nesta Casa, depois de termos participado de um almoço, hoje, no restaurante Lindacap, juntamente com o senador Paulo Bauer e demais componentes da executiva do PSDB, quando tivemos a oportunidade de formar algumas composições, conversas em nível de executiva do PSDB, que

certamente vão redundar numa convenção no dia 14/07/13, nesta Casa.

Será uma convenção que irá ser, na verdade, mais uma aclamação daqueles que estão pré-candidatos à executiva do partido, tendo à frente o senador Paulo Bauer que irá assumir a Presidência do PSDB a partir desse dia. Foi um momento muito especial com todos os prefeitos. E queremos agradecer pelo esforço que cada um deles despendeu para vir à capital participar desse evento.

Aproveito também para agradecer muito particularmente a presença do sr. Cleonilton Carlos Pereira, vice-prefeito de Araquari, que neste momento está em meu gabinete aguardando, pois logo mais teremos uma audiência com o secretário de estado da Infraestrutura. Também agradeço a presença do sr. Mário Fernando Reinke, prefeito de Massaranduba, e de sua esposa que hoje é vereadora daquele município.

O prefeito Fernando trouxe para nós um convite para a Festa do Colono e do Motorista, nos dias 19, 20 e 21 de julho, onde teremos, com certeza, a satisfação de prestigiar esse acontecimento, no município de Massaranduba.

O deputado Kennedy Nunes falava agora há pouco que não são só as pessoas da terceira idade que têm mal Alzheimer, essa doença terrível. Vou confessar que hoje pela manhã eu estava tentando lembrar o nome de um parceiro, do ex-deputado Clésio Salvaro, ex-prefeito, mas não conseguia lembrar o seu nome. Pensei, será que estou com algum problema? Eu olhava a mão e a via tremer. Será que vou ter que ir ao médico antes de ir à sessão? Mas, para meu alívio, logo lembrei o nome do meu amigo ex-deputado Clésio Salvaro.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes (Intervindo) - Mas essa falta de memória não é Alzheimer. O Alzheimer é a falta de memória recente.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas essa é bem recente. De qualquer maneira é evidente que o ideal mesmo é procurar um médico para saber se está tudo bem.

Quero me reportar aqui, sr. presidente e srs. deputados, a duas situações. A primeira é a do deputado Dado Cherem, de quem recebi correspondência pedindo solidariedade numa derrubada de veto do governo do estado, com relação a um projeto seu aprovado nesta Casa, o de n. 061/2012, que dispõe sobre o direito de pessoa portadora de seqüela grave advinda de queimaduras. E lendo esse ofício me lembrei de tantas outras situações que nós deputados apresentamos nesta Casa e muitas vezes temos aprovado aqui, mas quando chega ao Executivo ele devolve com o veto do governador. E claro que vem com a assinatura do governador, mas na verdade o governador apenas assina aquilo que o seu setor jurídico determinou e entendeu que não seria constitucional. Isso tem acontecido inúmeras vezes.

O que me chama atenção é que antes de aprovarmos todos os projetos nesta Casa, todos passam pela comissão de Constituição e Justiça. E essa comissão de Constituição e Justiça tem, no meu entendimento, alto saber jurídico, ou seja, seus membros entendem perfeitamente a questão jurídica e exaustivamente analisam nossos projetos, antes de esses projetos serem submetidos à votação da comissão. Eles dizem que o relator é quem dá opinião, mas na verdade o relator é o responsável que está na comissão, mas quem faz o relato é alguém de alto saber jurídico, que dá a posição e diz ao relator que ele pode assinar, que é assim

mesmo que tem que ser. Salvo as exceções, onde o relator diz que não vai aprovar, você faz um relatório para não aprovar. Mas em 90% das situações acolhe-se o parecer jurídico e submete-se à aprovação.

O que me chama atenção é que depois de passar por todas as análises nas comissões vai para o governo do estado, onde também o departamento jurídico do Executivo analisa e entende que não vale. Quer dizer, parece que há dois tipos de faculdade de Direito neste país, porque para a mesma coisa há dois entendimentos, totalmente conflitantes. Então, é difícil.

Gostaria de adentrar mais profundamente ao assunto, mas o meu tempo esgotou.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, embora esteja inscrito para falar mais tarde, quero aproveitar a presença do grupo *Os Sessentões*, um grupo musical de Concórdia, que estão aqui e irão nos brindar com uma apresentação, para cumprimentá-los. Temos aqui o Valdir Weber, o Armando da Silva, o Hiário Decker, o Arto Finger, o Evaldo Herpich, o Cherilo Lunkis, o Mário Kleber, o Estefanich Romani, o Anilo Kleber, o Irineu Hermes, o Nelson Lermenn, o Silviomar Bernarde.

Quero saudá-los e dizer da satisfação de tê-los nesta Casa. Depois faremos uma referência maior ao trabalho desse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputados, primeiro quero fazer referência ao Dia dos Bombeiros, pela importância que tem essa profissão. Inclusive, encaminhamos um projeto que obriga todas as escolas a terem, no ato da matrícula, laudo do Corpo de Bombeiros. Essa é uma forma de garantir que as escolas tenham de fato condições adequadas de atendimento.

É importante destacar que estudos recentes apontam que em Santa Catarina apenas 1,7% das escolas apresentam estrutura ideal. Também não podemos deixar de mencionar que o juiz Hélio do Valle Pereira, da 3ª Vara da Fazenda Pública, decidiu interditar o CIC, a partir dessa última segunda-feira, por falta de aprovação do Corpo de Bombeiros para o seu funcionamento.

Então, isso demonstra a importância que tem essa categoria profissional, que garante segurança e condições de habitabilidade, convivência e utilização dos espaços.

Mas a pauta que me faz assomar a esta tribuna é toda a demanda que será tratada entre as centrais sindicais no dia 11 de julho próximo.

Todos nós sabemos que há vários temas sendo abordados nas ruas, mas precisamos garantir que temas estruturantes e que de fato fazem diferença para a sociedade brasileira sejam garantidos.

Portanto, a Central Única dos Trabalhadores, a CTB, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores, a Central Sindical e Popular, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e a Central dos Sindicatos Brasileiros, assim como a Nova Central Sindical de Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra realizam, no dia 11

de julho, em todo o país, um grande dia nacional de lutas, com mobilizações, paralisações e greves, no sentido de chamar a sociedade brasileira para um debate mais sério e profundo sobre os temas que envolvem a nossa nação.

O que motivou a população a ir às ruas, a princípio, foi a revogação do aumento da tarifa do transporte coletivo. E neste sentido as centrais têm dito que o transporte coletivo precisa ser subsidiado pelos governos, mas isso não pode impedir investimentos em saúde, educação, segurança e transporte de qualidade para a classe trabalhadora.

Eu quero abordar os temas que unificam todas essas centrais e que como parlamentares precisamos também contribuir nesse debate. Primeiro, com relação ao combate ao Projeto de Lei n. 4.330, que estará sendo votado no próximo dia nove de julho, na Comissão de Constituição e Justiça, que trata da terceirização, que retira direitos dos trabalhadores brasileiros e precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil. Para quem ainda não tem conhecimento, esse projeto trabalha com duas categorias de trabalhadores, aqueles contratados diretamente com as empresas, que são os que têm mais direitos, e aqueles terceirizados, que são tidos como segunda categoria, com menos direitos, mesmo que o trabalho seja o mesmo e no mesmo local.

Hoje, nós temos 10 milhões de trabalhadores, nessa condição. E todos os trabalhadores que estão formalizados, dos 45 milhões de trabalhadores, 22% - deputada Angela Albino, é muita gente - são terceirizados. Portanto, salários e benefícios menores em condições de trabalhos inferiores. E muitas empresas terceirizadas acabam fechando as portas sem cumprir com os direitos trabalhistas e rescisórios. E esses trabalhadores são fundamentais para o trabalho. Inclusive, nesta Casa, temos muitos trabalhadores terceirizados, e eles acabam sendo prejudicados.

Somente para termos uma ideia, do ponto de vista da saúde do trabalhador, e o deputado Neodi Saretta preside uma importante Frente Parlamentar, no Brasil, de cada dez acidentes de trabalho, hoje, oito são terceirizados, ou seja, a terceirização afeta, com certeza, prioritariamente, os trabalhadores terceirizados.

O segundo ponto é a redução da tarifa do transporte sem qualquer corte de gastos sociais.

O terceiro ponto são os 10% do Orçamento da união para a saúde pública. Inclusive, comemoramos os 25% dos *royalties* do petróleo para a saúde. Mas ainda precisamos acompanhar bem como que esse recurso chega, quando e de que forma que ele chega para a população que mais precisa.

O quarto eixo de unificação são os 10% do PIB para a educação pública. Uma luta histórica da categoria do magistério e da sociedade brasileira.

Eu fico feliz como professora, porque muita gente agora acordou para essa luta. Mas também quero dizer que tenho 42 anos e nunca estive dormindo nessa luta, sempre perseguimos mais dinheiro para a educação. E que bom que as ruas também se somaram e acordaram para essa importante luta, que são os 75% dos *royalties* do petróleo, o nosso ouro preto, para a educação. Mas, porém, contudo, entretanto, precisamos garantir que esse dinheiro vá para o setor público da educação brasileira. Esse é outro tema em disputa permanente.

O quinto ponto fundamental é o fim do fator previdenciário, porque ele reduz o valor

do benefício de quem se aposenta por tempo de serviço antes de chegar aos 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres.

Mais um ponto de unificação é a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Isso porque vamos conseguir garantir mais postos de trabalho e algo que hoje é um valor considerado tanto como alimentação, moradia, saúde, que é o valor e o direito ao lazer, à convivência e às condições de convivência em família.

A nossa vida, hoje, resume-se ao trabalho. Reduzir a jornada também é qualidade de vida, também é saúde.

Outro ponto fundamental é a luta pela reforma agrária. E nesse sentido é importante destacar que o *site* Terra divulga que temos no Brasil menos de 50 mil proprietários rurais com mais de mil hectares, controlando 50% das terras cadastradas, ou seja, 1% dos proprietários rurais detém 46% das nossas terras. São quatrocentos milhões de hectares titulados como propriedade privada, sendo que desses quatrocentos milhões de títulos 60 milhões apenas são utilizados como lavoura.

Segundo o Incra, temos 100 milhões de hectares de terras ociosas e 4,8 milhões de sem-terra. Portanto, o tema da reforma agrária não é apenas dos sem-terra, é dos que têm terra, que produzem na cidade, dos trabalhadores, porque a falta de alimentos neste país afeta todos.

Por último, temos o debate nacional, que os movimentos sociais também fazem há muito tempo, sobre a suspensão dos leilões do petróleo. Outras lutas também estão sendo incorporadas como, por exemplo, a luta pela democratização da mídia e a reforma política, para que de fato possamos ter políticos mais representativos, com controle social e um sistema eleitoral onde o patrão seja o povo. Quando o patrão é quem financia um político, é claro que esse sistema está contaminado. Agora, quando o patrão é o povo, acredito que vamos ter mais respeito pela classe política que, hoje, é muito questionada.

Também, quero dizer, sr. presidente, que fiquei muito triste quando o ministro do Supremo disse para ser candidato pode ser candidato avulso. Fico imaginando quantos avulsos sem compromisso nenhum, com nada, com ninguém, com categoria nenhuma, mas com um bom financiamento privado pode se tornar representante de ninguém, porque quem é candidato avulso não representa a população brasileira, ao contrário, cada vez mais precisamos fazer com que os políticos e os parlamentares tenham representação política dos segmentos, das ruas, para que sejam cobrados. Avulsos não têm cobrança de ninguém.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado e parabéns, deputada Luciane Carminatti, pelo pronunciamento e posicionamento de v.exa., com o qual eu, particularmente, também concordo e subscrevo.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0039/2013, 0041/2013, 0058/2013, 0059/2013, 0067/2013, 0068/2013, 0070/2013, 0071/2013, 0079/2013, 0091/2013, 0095/2013, 0096/2013, 0104/2013, 0111/2013, 0113/2013, 0114/2013, 0118/2013, 0119/2013, 0122/2013 e 0125/2013. Todos esses ofícios, sras. e srs. deputados, encaminham documentação de entidades para manter a condição de entidade pública.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0058/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o Dia Estadual do Brincar no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0398/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina de Horst Purnhagen a sede do 5º Batalhão da 3ª Companhia do Corpo de Bombeiros Militar, no município de Taió.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Também, esta Presidência comunica que retira de pauta as Mensagens n.s.: 0778/2013, 0789/2013, 0792/2013, 0821/2013, 0822/2013, 0823/2013, 0837/2013, 0853/2013 e 0861/2013. Essas matérias retiradas serão transferidas para a pauta do dia de amanhã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 11.936, de 2001, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Dependentes de Drogas Resgate de Vida, de Porto Belo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0081/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - e da Federação Catarinense das Apaes, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de dezembro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Sr. deputado José Nei Ascari, ao cumprimentá-lo pela escolha da data, esta Presidência coloca em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as seguintes indicações de n.s.: 0394/2013, 0395/2013, de autoria do deputado Silvío

Dreveck, 0396/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, 0397/2013, 0398/2013, 0399/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0400/2013, 0401/2013, 0402/2013, 0403/2013, 0404/2013, 0405/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, 0406/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, 0407/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, 0408/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, 0409/2013, 0410/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, 0411/2013, 0412/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica, ainda, que defere os seguintes Requerimentos n.s.: 0701/2013, de autoria deputado Maurício Eskudlark, 0702/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, 0703/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, 0704/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera, 0705/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0706/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, 0707/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0708/2013, 0709/2013, de autoria da deputada Angela Albino, 0710/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0712/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência agradece ao deputado Pedro Baldissera, por sua importante presença eclesial num grande evento ocorrido no município de Içara, no último domingo, onde toda comunidade catarinense católica da diocese do município de Criciúma foi muito bem conduzida pelo nosso bispo dom Jacinto, liderada pelo padre Antônio, da paróquia de Içara, e pelo empresário Zefiro Giassi que fez a doação.

Deputado José Milton Scheffer, v.exa. estava viajando, mas teve a sua ausência justificada. E a sua representação lá estava, juntamente com outros parlamentares.

Lá vimos, deputado Silvío Dreveck, o lançamento de um grande projeto religioso e turístico, que está sendo empreendido no sul do estado, que é a construção do Santuário do Sagrado Coração de Jesus, da diocese de Criciúma. Um projeto arrojado, um megaempreendimento que vai servir não só para renovar e fomentar a fé católica, deputado Padre Pedro Baldissera, mas também, não tenho dúvida, será mais um dos atrativos turísticos do grande sul catarinense.

V.Exa. estava lá, juntamente com os deputados Valmir Comin, Jorge Boeira, Dóia Guglielmi, que foi quem liderou todo o processo, com a representação do deputado Altair Guidi, da deputada Ada De Luca, do deputado José Nei Ascari, do deputado Manoel Mota. E também lá estávamos para manifestar apoio àquele grande empreendimento, especialmente para o empresário Zefiro Giassi e à dona Ana Giassi, sua esposa, que foram doadores de uma área de três hectares, onde esse grande empreendimento será erguido.

Portanto, muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, por ter também nessa sua condição de representante da comunidade católica neste Parlamento ter prestigiado aquele evento.

Também quero cumprimentar e associar-me a todos os cumprimentos, mais uma vez, pela posse do professor Gildo Volpatto, pela sua recondução e posse para mais um período, juntamente com o professor Márcio Fiori, no comando da nossa Unesc - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina,

numa sessão extremamente concorrida na noite de ontem.

O Sr. Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e registrar a visita em nossa Casa do nosso vereador Jucélio José de Andrade, do município de Ibirama, distrito de Alberge, acompanhado do presidente do Guarani, pelo Zanella, presidente da Associação de Bairro de Alberge, pelo secretário distrital, pelo Bilo, nosso empresário, e pelo prefeito municipal de Ibirama, que estão na capital do nosso estado nos visitando, vendo o trabalho que estamos fazendo neste Parlamento em prol de toda comunidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Esta Presidência também registra a presença dos ilustres representantes do nosso querido alto vale do Itajaí.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Passaremos às Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero inicialmente saudar todas as pessoas que estão nas galerias desta Casa, em nome dos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores do PSDB, que estão nesta Casa para um encontro com a bancada estadual do nosso partido. Estão presentes também o atual presidente do PSDB, Beto Martins, o ex-presidente ou presidente licenciado Leonel Pavan, bem como o senador Paulo Bauer.

Na pauta deste encontro estão as discussões, as preparações para o dia 14 de julho, quando o PSDB se reúne, numa grande convenção estadual, para eleger o diretório e a nova executiva estadual do partido.

O nosso PSDB, que está caminhando a passos firmes, decididos, fortalecendo o partido, prepara-se para a eleição estadual, municipal e federal, no próximo ano, e temos candidatos fortes. Em nível federal já temos muitos candidatos, mas apontando especialmente o senador Aécio Neves, que já foi governador de Minas Gerais, deputado federal, presidente da Câmara dos Deputados, parente político de grande figura política e sem dúvida tem grande carga e potencial para ser o próximo presidente do Brasil.

Em nível de estado teremos candidatos a governador, a senador, enfim, uma chapa completa para deputado federal e estadual. E tudo isso vai depender da habilidade, do desempenho do partido, vai depender muito da executiva e do presidente do nosso partido, para fortalecer as pessoas que já estão no partido, buscar figuras, pessoas novas que venham a se juntar ao nosso entusiasmo, justamente para apresentar à nação e ao povo de Santa Catarina uma proposta governo.

Acompanhamos, nos últimos dias, os movimentos sociais expressando a indignação pela postura do governo que está desagradando a grande maioria da população que contribui com larga escala tributária e que não vê os serviços públicos realizados a contento, seja na saúde, na educação, no

transporte, principalmente nas cinco áreas em que a presidente da República apresentou um pacto.

Ela quer trabalhar na questão fiscal, no combate à inflação, pois está aí a economia brasileira enfraquecendo, o entusiasmo dos empresários diminuindo, o poder de compra da sociedade também diminuindo, os juros aumentando, a relação dólar/real ficando cada vez menor. E isso vai fazendo com que haja um descontentamento cada vez maior.

A carga tributária está altíssima e cada vez é mais difícil burlar o fisco, e o empresário que já pagava muito, agora, com essa rigorosidade fiscal, está pagando ainda mais. Naturalmente que a soma desse descontentamento, tanto daqueles que buscam o serviço quanto desses que contribuem, faz com que haja esse crescimento dos movimentos sociais.

Alguns dizem que o governo federal tem se destacado muito na questão social. Não é bem verdade, pois nos últimos dez anos, o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil só mudou cinco pontos. Hoje, o Brasil ocupa o 85º lugar no mundo em IDH. Há 11 anos éramos o 90º, ou seja, com tudo que se fez, com milhões investidos no programa Bolsa Família, por exemplo, mudamos em desenvolvimento humano apenas cinco pontos em relação aos demais países do mundo.

Então, dá a impressão de que o governo federal administra a miséria, em vez de usar políticas públicas para que essas pessoas que são vítimas da miséria possam ressurgir, através do trabalho, das suas habilidades.

Distribuir o Bolsa Família para 15 milhões de famílias, atingindo mais de 30 milhões de eleitores, certamente cerca de 50 milhões de pessoas são beneficiadas pelo programa, não tem modificado muito o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil. Então, há, sim, que se rever urgentemente essa política do governo federal de distribuir benesses em vez de investir em ações que venham a desenvolver as pessoas, suas habilidades, para elas mesmas poderem buscar o seu sustento com o seu próprio salário, que dá naturalmente uma satisfação muito maior.

Entre essas propostas que a presidente colocou, ela enfatizou também a questão da reforma política. A reforma política, sem dúvida nenhuma, entre os cinco pactos, é o lado que ela mais pode agir rapidamente. E, tendo em vista as eleições do ano que vem, existe uma urgência que se faça isso.

Não vejo como poderia agir se tentar, como foi a primeira proposta, convocar uma Constituinte - um absurdo - ou ainda fazer um plebiscito. O que o governo federal imagina que pode encontrar num plebiscito? Vai fazer quatro, cinco ou seis perguntas em que o cidadão brasileiro será levado às urnas com um castigo para quem não for: o de ter que pagar por ter faltado a eleição. Ou irá dispor de um dia especial para votar, para responder a algumas perguntas que não vão levar a absolutamente a nada.

O que a presidente tem que fazer - e ela tem poder para isso - é estimular a votação dos projetos que já estão na Câmara dos Deputados e no Senado. Existem centenas de projetos que versam sobre a questão de precisar ou não existir suplente de senador, as eleições únicas a cada quatro anos, proibir a reeleição do Executivo, a extinção dos cargos de vice, a questão do voto distrital, a proibição dos eleitos a deputados ou a vereadores de assumirem cargos executivos, a revisão do pacto federativo, a diminuição dos cargos comissionados, e a exigência de parlamentares para que estejam mais tempo no plenário para discutir assuntos.

Então, há centenas de projetos lá. Basta colocá-los em votação. Daí, sim, já poderão surtir efeito para o próximo ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero, antes de mais nada, fazer um registro importante - e já foi feito aqui nesta tribuna, mas quero reforçá-lo pela importância da categoria. Hoje, 2 de julho, é o Dia Nacional dos Bombeiros. Nós devemos muito a essas corporações que fazem um trabalho importante para a nossa cidade, o estado e o país.

Gostaria de fazer este registro, solidarizar-me e desejar que essas corporações possam atuar sempre com mais força, vigor e, principalmente, estrutura e recursos.

A questão maior dessa minha fala nesta tarde é para fazer uma referência ao grande evento do oeste de Santa Catarina, a Expo Concórdia que vai ser realizada no nosso querido município de Concórdia de 20 a 29 de julho. Este é um evento de tradição que se realiza a cada dois anos.

Diz o texto do folder do evento:

(Passa a ler.)

"Expo Concórdia

A maior e mais completa Expofeira do alto Uruguai catarinense e uma das maiores do estado de Santa Catarina: essa é a Expo Concórdia. Evento que atrai pessoas de vários estados brasileiros durante os dez dias de realização e reúne setores da indústria, comércio, agropecuária, construção civil, veículos, agricultura familiar, gastronomia, música e cultura.

Juntamente com Expo Concórdia acontece a Festa Nacional do Leitão Assado, um dos principais eventos gastronômicos do Brasil, que divulga e incentiva o consumo da carne suína através de receitas exclusivas.

A Expo Concórdia é uma ótima oportunidade para se fechar bons negócios."

Então, sr. presidente e srs. deputados, como eu vinha dizendo, esse é um evento tradicional no nosso município que, no dia 29 de julho, completa 79 anos de existência. Um município pujante que cresceu com a força do seu povo, de sua gente trabalhadora, que leva inclusive o nome conhecido no estado de Santa Catarina como a capital do trabalho. Berço de uma das maiores agroindústrias deste país e também de outras pequenas agroindústrias familiares, de um comércio, de uma indústria forte, de uma agricultura que dá exemplo para o Brasil e para o mundo na produção de alimentos.

Essas características estarão consequentemente sendo mostradas de forma mais visível nessa feira, nessa expo que vai realizar-se em julho.

Temos o prazer de ter aqui presente uma delegação importante do município, com a presença do prefeito, do vice-prefeito e lideranças municipais, a presença dos nossos queridos amigos *Os Sessentões*. Vamos ser brilhantados com as músicas que serão apresentadas. Também vamos apresentar um pouco da nossa tradição, da nossa cultura, juntamente com a equipe, com o Silvomar e a Margarete que estão organizando um café colonial, uma espécie de degustação de produtos da nossa querida Concórdia.

Hoje, aqui nesta Assembleia Legislativa, às 18h, faremos o lançamento

desse evento importante na cidade de Concórdia, que mais uma vez ajuda a projetar o nosso município para o estado na divulgação também. Inclusive, sr. presidente, na expo anterior a Assembleia Legislativa lá esteve presente. E com certeza estará agora também.

Já fizemos um requerimento, e v.exa. deferiu, já concedeu nesse sentido. E gostaríamos de forma muito especial de convidá-lo. Assim como os demais pares, para hoje, se possível, às 18h, quando faremos aqui esse lançamento, no hall da Assembleia. Portanto, agradecemos a direção da Casa, porque, quando solicitamos, prontamente nos foi viabilizada as condições para que pudéssemos, através da equipe de coordenação da Expo Feira, organizar o evento de hoje, que visa principalmente à divulgação da grande feira que acontecerá em julho, a Expo Concórdia.

Então, estão todos convidados. E ao nosso município, a todos os organizadores da feira, em nome da comissão central organizadora, desejamos êxito, sucesso e que possamos mostrar as potencialidades econômicas, as potencialidades culturais, mas, principalmente, a força do trabalho da gente concordiense, da gente que construiu um município forte, de gente de luta, trabalhadora, que com esforço e suor construiu uma cidade forte, com empresas fortes, com gente que dá exemplo de trabalho, honestidade e de luta para toda Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, quem mais nos acompanha na tarde desta terça-feira, quero abordar aqui o assunto que tem sido a angústia dos militares estaduais, nas últimas semanas.

Cada dia que passa, cada semana que passa aumenta ainda mais essa angústia com relação à questão do salário dos policiais e bombeiros militares do estado de Santa Catarina.

É evidente que existe um movimento das entidades representativas - especialmente da Aprasc, à qual sou vinculado, inclusive como ex-diretor, cargo que ocupei pelo período de 12 anos, - desde o começo do ano, para que o governo apresente uma proposta salarial para o segmento de segurança pública, especialmente para os militares estaduais.

Outros setores do serviço público, pelo menos os grandes, tiveram, do ano passado para cá, um tratamento da questão salarial. E os militares estaduais continuam parados, esperando a incorporação de abonos, que já se decidiu há um ano e meio, mas que tem ainda um parcelamento que vai até março do ano que vem. Mas a partir do momento que o tempo passa, temos a inflação voltando a aparecer, especialmente na cesta básica, que é o elemento que mais pesa no orçamento das famílias de remuneração média para baixa, que é o caso da maioria dos militares estaduais.

Então, dessa discussão que tem vindo e o debate que tem ocorrido entre a maior entidade dos praças, a Aprasc, o secretário da Fazenda e o secretário da Administração, uma expectativa que se criou, ou seja, a perspectiva de que no mês de junho, mês seis, o governo encaminhasse para esta Assembleia Legislativa o projeto de lei no

sentido de que fosse aprovado, ainda antes do recesso, ou seja, até os próximos quinze dias. E o assunto que era para ter ido de forma mais ou menos harmônica começou a ficar difícil, porque os prazos passaram a ser empurrados para frente. Começam a aparecer argumentos. Agora são as manifestações populares. Mas a maioria dos praças está doída para ir para as manifestações populares, justamente para dizer que essa é mais uma reivindicação necessária da sociedade catarinense.

Isto dá certo receio, no sentido de que em 2008, naquele movimento de paralisação que houve por parte dos praças da Polícia Militar, no finalzinho de 2008, o elemento que *startou*, a gota d'água para aquele movimento, foi o do então governador Luiz Henrique, de que não poderia mais discutir salário naquele final de ano, a continuidade do pagamento da Lei n. 254, porque tinha tido a enchente em Blumenau e no vale do Itajaí.

Nós chegamos a ponto de desmarcar a assembleia da categoria, evidentemente que considerando a situação de conflito e o fato de termos a metade dos praças da polícia e do bombeiro trabalhando naqueles eventos, acudindo a população, acudindo a sociedade.

O tempo foi passando, as semanas foram passando. E como desmarcamos a assembleia da categoria que estava marcada, a Aprasc desmarcou, o governo foi lá e desmarcou toda a agenda de reuniões que deveriam acontecer, argumentando que por causa da enchente em Blumenau os técnicos da Fazenda e Administração não poderiam continuar a agenda de reuniões para discutir a questão salarial. E suspenderam tudo.

No comecinho de dezembro, continuando com o mesmo argumento de que em virtude da enchente o governo não poderia mais tratar de salário naquele ano, irritou muito o fato de que em Blumenau marcaram uma megafesta para o dia 24 de dezembro, e na capital um megashow para o dia 31 de dezembro, financiados pelo governo do estado, pelos prefeitos municipais.

Aqui na Beira Mar, perto da Ponte Hercílio Luz, o governo do estado financiou, junto com o prefeito, na época o prefeito era do mesmo partido do governador, um show pirotécnico não sei de quantos milhões de reais. Era dinheiro para pagar o transporte público da população da capital o mês inteiro. Era o dinheiro da festa de final de ano que estava marcada.

O governador argumentava que não dava para discutir a questão salarial, porque tínhamos que entender que o estado tinha passado por uma tragédia. Mas gastava milhões com a festa de *revellion* aqui, com o seu correligionário prefeito Dário Berger, e com outra festa esplêndida, na véspera de Natal, em Blumenau. Claro que isso ajudou a revoltar a categoria, e saiu aquele movimento.

Agora espanta, porque pessoas da mesma composição governista usam o mesmo argumento: em virtude das manifestações, temos que suspender os debates. Isso é inaceitável. Outro elemento é que as datas apresentadas pelos representantes do governo, neste debate especificamente, o secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, e Derly Anunciação, da Administração, precisam ser cumpridas, porque entra em desarmonia na relação das entidades com o comando-geral da Polícia Militar.

Na tarde de ontem, foi essa a situação. As entidades resolveram se reunir, na sexta-feira, e decidiram levar um ofício ao comandante-geral da PM, de uma

contraproposta que houve informalmente do secretário do palácio. E o comandante já mandou embora o presidente da Aprasc, porque não estava fardado, ele que mora e trabalha em Joinville. Disse que não faria a reunião com militar da ativa à paisana. Para não suspender a reunião e colocar a culpa na Aprasc, o militar saiu e ficou o outro representante da Aprasc, o sargento Fortuna. Na argumentação o comandante disse que ele teria que entender que era militar da ativa e que estava ali como sargento, ou seja, deu uma chave de galão, enquadrando o representante da entidade que tem 12.700 filiados.

Essa postura não leva a nenhuma situação harmoniosa e construtiva. Se o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro, não reconhece a legitimidade das entidades representativas da categoria, de fato não dá mais para tê-lo como interlocutor para qualquer debate de ordem salarial ou de carreira. Ele é o comandante da instituição, tem poder discricionário sobre todos os policiais militares, nas questões funcionais, ou seja, na atividade profissional policial militar, porque a nossa experiência histórica nos ensina que para tratar da questão de salário, da carreira, da nossa vida, os comandantes-gerais não nos representam. Não nos representam, porque a experiência histórica ensina que sempre que houve isso o comandante-geral acaba beneficiando principalmente as cúpulas da instituição, porque ele não é, e ninguém é, isento de pertencer a qualquer segmento de subgrupo.

O comandante-geral da Polícia Militar é oficial da Polícia Militar com a carreira de 30 anos de oficial. E as diversas peneiras, conflitos internos, acontecidos nos últimos 20 anos, foram provocados justamente porque nessas discussões em que só o comandante-geral falava por todos os outros a base era prejudicada em relação à cúpula. Inclusive, por esses elementos e por essas questões, em 2001 criamos uma entidade chamada Aprasc.

Portanto, não admitimos, repudiamos, desconsideramos e pedimos que o governador Raimundo Colombo e seus secretários intervenham nessa questão, porque o comandante manda nas questões funcionais da Polícia Militar e será, sim, respeitado e sempre. Mas quem diz qual o salário que devo receber, qual o direito que não quero perder é a entidade representativa desses militares.

O comandante-geral quer definir qual o direito que 20 mil policiais vão perder e dar chave de galão no representante de doze mil e setecentos praças, quando está debatendo esse assunto, sinceramente, é preciso tomar uma postura de uma autoridade maior para que esse episódio não se repita, porque não precisamos de conflitos, precisamos de uma posição formal do governo a respeito de salário.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Dia do Bombeiro e ao projeto social Bombeiros Mirins.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, eminente deputado Manoel Mota, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, gostaria de me reportar ao momento que vivemos no planalto norte. Um momento de expectativa, de angústia, onde as águas do rio Canoinhas e do rio Iguaçú subiram exageradamente. Temos a certeza de que, mesmo com a diminuição de ontem para hoje, a água do planalto norte está fora da caixa do rio, invadindo a nossa comunidade.

Temos no município de Três Barras mais de 100 famílias desabrigadas, no município de Canoinhas mais de 30 famílias desabrigadas e no município de Porto União mais de 150 famílias desabrigadas. Portanto, é preocupante a situação do Planalto Norte.

Queremos agradecer a intervenção do secretário Milton Obus, que lá esteve representando o governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, servindo como tal os préstimos da defesa civil, fazendo levantamentos para que tenhamos a ajuda necessária do governo do estado para o Planalto Norte.

Temos a certeza de que esses recursos não vão demorar um ano ou mais para chegar. Esperamos que haja agilidade por parte da Defesa Civil, para que os municípios possam, sim, dar um atendimento melhor à nossa gente, à nossa comunidade, que ora se encontra em dificuldade, devido à grande quantidade de chuva e enchente que assola o Planalto Norte.

Também gostaria de me reportar à nossa audiência pública de sexta-feira, no município de Canoinhas, sobre a ferrovia. E muito já falamos sobre essa ferrovia, tanto pedimos para o governo federal olhar com carinho para Santa Catarina e para o Planalto Norte.

Temos a certeza de que a ALL, que se fará presente na nossa audiência pública através do seu representante, dando as suas explicações e dizendo o porquê do não investimento em nossa região. Mas temos também a certeza de que a ALL virá com boas notícias para o Planalto Norte,

criando o trem que vai fazer a parte turística, chamado assim de trem turístico do planalto norte.

Já temos reivindicações prontas para a ALL, e esperamos ser atendidos. Batemos na tecla da ferrovia que sai de Maracaju, que vem a Porto União, a Mafra, com destino ao porto de São Francisco, ao porto de Itapoá. E de São Francisco que se faça a ferrovia litorânea para Itajaí, que são apenas 70km.

Temos certeza de que esses investimentos ferroviários devem acontecer na nossa região, em longo prazo, mas é por eles que estamos brigando. É importante já aproveitarmos um leito existente na ferrovia que foi construída há mais de 100 anos. Isso foi muito bem planejado, pois a enchente que assolou o Planalto Norte não atingiu a rede ferroviária, ou seja, naquela época, eles já tinham noção dos perigos da enchente.

É bem verdade que precisamos de uma olhada do governo federal, da presidente Dilma Rousseff. E dizia a representante da ALL que essa empresa paga anualmente ao país a importância de R\$ 120 milhões, mas arrecada mais de R\$ 3 bilhões para investimento em ferrovia. Precisamos ver onde está sendo aplicado esse dinheiro. E que não se esqueçam de Santa Catarina; e não se esqueçam de que têm que dar continuidade ao trabalho ferroviário.

Eu gostaria de me reportar à saúde do município de Canoinhas e do Planalto Norte, uma região que está muito bem atendendo à população nessa área, em relação aos outros municípios e aos grandes centros. Para se ter uma ideia, o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, é o que está em segundo ou terceiro lugar, no estado de Santa Catarina, em cirurgias realizadas pelo SUS.

Temos nesse município cinco ortopedistas que fazem um grande trabalho pelo SUS. Portanto, quero parabenizar esses médicos e o hospital. Para fazer cirurgias pela Unimed, Bradesco Saúde e particular existem muitos profissionais, mas pelo SUS são poucos que o fazem. Portanto, esses médicos de Canoinhas são abnegados, e pelo SUS as cirurgias são realizadas naquele doente que não tem condições financeiras.

Quero falar nos médicos que, neste momento, encontram-se numa manifestação reivindicando melhorias na saúde do país. E para isso acontecer precisamos de condições para atender à população. "Vamos importar médicos", dizem. Que venham eles! Mas que se adaptem fazendo sua prova de conhecimentos no CRM, como nós, para trabalharmos nos Estados Unidos temos que prestar provas difíceis lá dentro. Se vierem médicos de fora, trazendo sabedoria e uma medicina de ponta para o país e forem aprovados no Conselho Regional de Medicina, estão de parabéns. Mas que não se criem subterfúgios, não se criem novas leis para prejudicar os médicos do país. A nossa defesa aqui é ao médico profissional, e os nossos parabéns também pela regulamentação do ato médico que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Finalmente os médicos estão reconhecidos por um motivo: a profissão do ato médico não era regulamentada no país, e agora foi aprovada pelo Congresso.

Ainda não vi o encaminhamento da presidente Dilma Rousseff, mas temos certeza de que vai encaminhar favoravelmente.

Temos na Assembleia quatro médicos: este deputado, o dr. Volnei Morastoni, o dr. Jailson

Lima e o dr. Jorge Teixeira, e tenho certeza de que estamos engajados por uma saúde melhor.

Um grande abraço.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Volnei Morastoni.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLENI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, nossa Casa, criou três subcomissões de trabalho:

Uma subcomissão para tratar sobre as PICs, que chamamos práticas integrativas e complementares na saúde; a segunda subcomissão para tratar da elaboração de propostas para a saúde da população negra; e a terceira subcomissão para tratar sobre alimentação suplementar para os pacientes portadores de câncer. Todas ampliadas com participação de representantes da sociedade civil, da comunidade,

As três subcomissões já estão em pleno funcionamento. Duas delas foram instaladas hoje, e foi dado um prazo de 90 dias, deputado Manoel Mota, para que as subcomissões possam apresentar resultados dos seus trabalhos. Uma delas, a primeira, que já vem desde o ano passado, já tem excelentes resultados, inclusive é a comissão que se reuniu com representantes e com os deputados que compõem a comissão de Saúde.

O deputado Sargento Amauri Soares, aqui presente, é membro da nossa comissão de Saúde, mais os deputados Antônio Aguiar, Serafim Venzon, Jorge Teixeira que são médicos, quer dizer, temos uma comissão de Saúde em que há quatro médicos integrando a comissão, além dos outros representantes, deputado José Milton Scheffer, deputado Jorge Teixeira. Essa comissão elaborou um anteprojeto de lei que vamos levar ao governador, propondo a implantação das práticas integrativas e complementares na saúde.

O que são as práticas integrativas e complementares? Antigamente se chamava de medicina alternativa. Hoje, não se usa mais o termo medicina alternativa, porque a nossa medicina tradicional, convencional, deve estar junto com essas práticas que chamamos de alternativas, justamente por isso que são chamadas de práticas de integração, porque há uma integração das várias fases da medicina, e complementares, porque elas se complementam.

Um paciente pode consultar normalmente, como sempre consultou no nosso sistema tradicional de saúde, um médico ocidental, mas podemos também ter serviços, instalados na rede municipal, estadual, complementares de homeopatia, acupuntura, plantas medicinais, termalismo. E em nosso estado temos muitas fontes e referências para poder também praticar o termalismo. Na verdade são dezenas, para não falar de mais de uma centena, de práticas que compõem a Saúde e que precisamos integrar, para que todas sirvam de complemento, uma com a outra e não uma contra a outra.

Então, agora, está elaborado esse anteprojeto de lei. Preferimos assim, porque poderia ter sido feito um projeto que fosse

apresentado aqui, na Casa, diretamente pelos deputados da comissão, mas para evitar qualquer inconstitucionalidade, estamos levando ao governador uma proposta pronta, a qual ele poderá complementar com os estudos da sua assessoria, da procuradoria. Esperamos que tenha, então, a vontade política, e acredito que vamos convencer o governador, porque a secretaria estadual da Saúde também já participou da pré-elaboração dessa proposta, para que seja definitivamente implantada essa prática em Santa Catarina.

Nesse sentido, amanhã, na quinta-feira e sexta-feira, nesses dois dias aqui na Casa, teremos a realização do II Seminário de Práticas Integrativas e Complementares da região sul, reunindo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No ano passado foi em Porto Alegre, e tive a oportunidade de participar, representando a nossa comissão de Saúde. E este ano estamos sediando aqui na Alesc, no nosso auditório Antonieta de Barros, um encontro que vai ser muito importante, participativo, com uma programação que recomendo e convido todos os srs. deputados para estarem presentes, no sentido de se interagirem com essa proposta que é muito interessante para a nossa saúde.

Quando dizemos que o SUS é o caminho, temos que rever muitos aspectos do modelo assistencial. E dentro dessas práticas do modelo assistencial incluir espaços para as práticas integrativas e complementares, como homeopatia, acupuntura e plantas medicinais, enfim, todas essas práticas. Os profissionais têm uma visão mais holística da saúde, um atendimento mais humanizado, com mais acolhimento, baixo custo, que é importante para a saúde pública, resolutividade e grande satisfação para os usuários que são atendidos.

Portanto, tudo recomenda a sua inclusão no nosso sistema de saúde de Santa Catarina, para que o estado possa compartilhar com os municípios e, em parceria com os municípios, implementar a execução dessas práticas em todo o nosso estado, para assim oferecer à nossa população essa alternativa.

A outra subcomissão está organizada sob a coordenação do deputado Sandro Silva, para dentro de 90 dias apresentar propostas, na área da saúde, para a população negra. Existem especificidades que precisam ser respeitadas: a Anemia Falciforme, por exemplo, um exemplo de prevalência na raça negra, a Hipertensão Arterial e outras situações. Isso tem que ser visto como uma distinção pelo sistema de saúde.

Temos a Portaria n. 992, de 13 de maio de 2009, que institui a política nacional de saúde integral da população negra. E vamos sistematizar o que já existe de encaminhamentos das políticas nos vários níveis. E se pudermos, depois, também ter uma audiência com o governador, apresentaremos propostas concretas para serem apresentadas ao estado, aos municípios, no sentido da saúde para a população negra.

Por outro lado, fomos procurados por uma comitiva de Jaraguá do Sul, da comissão de Segurança Alimentar daquele município, preocupada com o problema que é de todo o estado. Por isso, criamos essa outra subcomissão importante, que vai cuidar da suplementação alimentar para os pacientes portadores de câncer que estão em tratamento ambulatorial, porque os pacientes que porventura estejam internados a alimentação já faz parte do próprio tratamento e é paga dentro dos procedimentos pagos pelo SUS. Mas os pacientes portadores de câncer em tratamento ambulatorial para quimioterapia e radioterapia, muitas vezes, vêm de vários municípios para um município onde tem esses serviços, ficam horas e horas, uma manhã inteira, um dia inteiro para uma quimioterapia, entre vir e retornar para casa, sem alimentação. Já estão debilitados, enfraquecidos. O sistema imunológico

já está deprimido de alguma forma, muitas vezes pelo próprio tratamento. Então, precisamos que o estado possa olhar com mais atenção essa questão da alimentação suplementar.

O nosso pai da Medicina, Hipócrates, 460 anos antes de Cristo, já dizia: "Que o teu alimento seja o teu medicamento". Nós sabemos que a quimioterapia, a radioterapia, todo esse arsenal é importante para o tratamento do câncer, mas uma boa nutrição é a base do tratamento.

Então, esse é um capítulo em aberto que precisamos aprofundar, ou seja, o que existe por parte do ministério da Saúde. Tenho em mãos um documento do Inca - Instituto Nacional do Câncer -, que trás um consenso nacional de nutrição oncológico, mas não basta estar no papel, queremos tirar do papel e colocar na prática, para que os pacientes da oncologia, que estão em tratamento ambulatorial pela quimioterapia e radioterapia, possam ter a suplementação alimentar devida. E aí, num prazo de 90 dias, a subcomissão criada nesta Casa, com representantes da sociedade civil, de várias comissões de segurança alimentar, do Cepon, da secretaria estadual da Saúde, vai apresentar uma proposta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, o deputado Antônio Aguiar puxou um assunto que precisamos debater. Trata-se da questão dos médicos estrangeiros e do ato médico, um debate em nível nacional.

Quanto à tentativa de paralisação dos médicos no dia de hoje para se contrapor à contratação dos médicos estrangeiros por parte do governo federal, eu diria aqui, com os meus botões, que quando a presidente Dilma Rousseff toma uma medida digna de aplauso tem alguém para ir lá e atrapalhar. Pois esse é o caso específico. E, infelizmente, há também um silêncio por parte de quem precisaria se manifestar a esse respeito, tanto a aprovação do ato médico no Congresso Nacional, aliás, de forma mais ou menos sorrateira, ao corporativismo dos médicos, tentando se colocar como autoridade absoluta numa afronta à autonomia profissional e inclusive científica de outros segmentos, de outras formações.

O ato médico atenta contra a autonomia da enfermagem, que também é um curso superior, da fisioterapia, da nutrição, dentre outras especialidades. Esse complexo de professor de Deus, que existe em alguns segmentos da sociedade brasileira, também ajuda a emperrar a possibilidade de construção de uma sociedade igualitária e efetivamente fraterna.

A questão dos médicos cubanos está muito clara: é para trabalhar no interior do interior, no interior do Mato, onde os médicos formados do Brasil não querem ir. E não vão, mesmo que os prefeitos municipais ofereçam um salário infinitamente superior ao salário oferecido para os médicos que trabalham no sistema público estadual, aqui, nos grandes centros, especialmente na capital.

Nós chegamos à conclusão de que o problema não é nem o salário. O problema é que os médicos preferem ficar perto de um grande centro, onde o serviço público serve, muito mais, para captar cliente para o seu serviço privado do que, efetivamente, para a prestação de serviço público no estabelecimento hospitalar público.

O espaço do serviço público de saúde tem sido usado, e acho que não exagero, pela maioria dos médicos, como aprendizado, porque é lá que está a estrutura pesada, a estrutura cara, para a captação de cliente para as suas clínicas

particulares ou para aquelas clínicas onde trabalham ou recebem por convênio ou particular.

Chegamos à situação absurda de irmos a um hospital público e ver uma fila imensa, na emergência, esperando atendimento. E se sair dali, a alguns quilômetros daquele local, o diretor daquele estabelecimento está trabalhando por convênio numa clínica, no mesmo momento. E se fala na necessidade, na imposição, e esse é o discurso, aparentemente, indefensável de que os médicos que fazem o curso de Medicina em outros países têm que fazer uma prova de qualificação para poder trabalhar no Brasil. Tudo bem, nós concordamos. Aliás, devemos e precisamos defender a qualidade cada vez superior de todos os profissionais que prestam serviços essenciais ou todos os serviços. Mas quero colocar o desafio de que seja, efetivamente, feita a prova de qualificação para todos os médicos que trabalham no Brasil, inclusive os que se formam no Brasil.

Por que não uma prova como da OAB para todos os médicos, independente de onde tenham feito o curso de Medicina? Porque na verdade esse é um argumento para impedir que médicos formados em outros países trabalhem no Brasil. Porque os médicos brasileiros, provavelmente, a maioria deles, não passariam na prova que eles aplicam aos outros. E aí há o corporativismo de uma categoria profissional bastante qualificada, absolutamente necessária.

Faço a ressalva aos inúmeros médicos, e devemos muito a eles, do sentimento de emoção que sentimos em visitar os hospitais pela comissão de Saúde ou em outras circunstâncias, vendo o apego e a vontade de um número grande de médicos que dedicam a sua vida àquele trabalho.

Então, não se trata de generalizar, de fazer uma crítica e de jogar para plateia, muito pelo contrário, estão jogando contra a onda geral. Que é o discurso fácil de que estão lutando pela qualidade dos serviços.

É óbvio que é um paliativo trazer médico do exterior para trabalhar no Brasil. É óbvio que apenas é um detalhe na imensidão de coisas que os governos, em todos os níveis, deveriam fazer para melhorar a saúde da população. Mas vetar isso é continuar deixando a população daqueles recantos mais distantes da nossa sociedade sem o menor atendimento. Também é necessário não tomar nenhuma medida no sentido de dar uma comprimida na reserva de mercado que as corporações médicas estão fazendo com mais essa atitude corporativa.

Mais uma vez todo o nosso respeito aos profissionais de Medicina, mas não têm o direito de sobrepôr a profissionais de outras formações de caráter de nível científico, através do ato médico. E não têm o direito de impedir o governo de garantir, mesmo como medida paliativa, a contratação de médicos que aceitem, que topem, trabalhar lá no fim da linha, onde os médicos brasileiros não querem ir, porque lá perto não tem clínica particular, não tem clínica conveniada, não tem grande público com convênio, com plano privado de saúde.

E esses fatos também precisam ser registrados, porque essa medida da presidente Dilma Rousseff, a meu ver, mesmo paliativa, está correta, apesar de que muitas outras coisas precisam ser feitas na área da saúde, mas está correta. E aí há certos setores poderosos ou bem relacionados trabalhando no sentido de impedir.

Quero, por fim, e esse deveria ser o meu assunto principal da tarde de hoje, fazer registro da manifestação que houve, no último sábado, por parte de familiares do sargento Cláudio e de alguns policiais militares.

O sargento Cláudio foi assassinado há 20 poucos dias, aqui, na capital, no bairro da Costeira, e na ocasião provocou grande indignação nos familiares e companheiros de farda. A manifes-

tação de sábado foi para pedir justiça pelo assassinato do sargento Cláudio.

A versão que foi dada é que houve uma briga de família ou de vizinho, ou seja, foi uma versão que interessa ao assassino. O assassino é profissional do crime. Havia saído do sistema prisional alguns dias antes de cometer o assassinato.

Houve um desentendimento com o sobrinho do sargento Cláudio, porque ele e seus amigos estavam fazendo algazarra naquela comunidade, e por isso o conflito. Assim, o sargento Cláudio foi apaziguar os ânimos e foi recebido com uma pazada na cabeça e em seguida com uma facada nas costas. O filho do sargento Cláudio foi segurado por outros elementos, e alguém meteu a faca duas vezes nas costas dele. Mas até agora não se pediu a prisão preventiva do agente desse homicídio brutal e cruel.

É preciso fazer justiça neste caso, porque essa indignação provoca um sentimento de que as leis e as autoridades não estão preocupadas com o policial honesto, trabalhador, que é morto desta forma, aqui, nesta capital.

Faço o registro de todas as pessoas, inclusive do Roberto Salum, que têm trabalhado nessa matéria. E estamos colocando o nosso mandato à disposição, junto com advogados, a serviço da família, se for necessário. Inclusive, pedimos as instituições do estado que deem uma solução adequada, porque é indignante saber que o assassino está solto, sendo que se apresentou e foi mandado embora. E agradecemos a todos aqueles que nos têm apoiado nesse pleito, inclusive ao jornalista Roberto Salum, para fazer justiça...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Antes gostaria de agradecer, em nome de todos os deputados da região norte e nordeste de Santa Catarina, entre os quais o meu querido amigo Silvío Dreveck, lá de São Bento do Sul, a presença aqui na Casa, no dia de hoje, do Trade Turístico de Joinville, formado por um número bastante extensivo de autoridades da área, como o diretor presidente da Fundação Turística, sr. Sérgio Roberto Ferreira, o Douglas Hoffmann, gerente de marketing e eventos da fundação, o meu querido amigo Mário Lobo Filho, presidente da Associação Brasileira Agências e Viagens de Santa Catarina, a Maria Conceição Junkes, presidente do núcleo Trade Turístico da Ajorpeme, a sra. Ana Luiza Moeller Wetzell, a Rosicler Dedekind, o vice-presidente dos núcleos e negócios. Todos eles fazem parte do Trade Turístico de Joinville, que muito justamente vem até a capital pedir ajuda dos deputados para encontrarem ressonância das suas reivindicações junto ao governo do estado.

Sejam todos bem-vindos.

Inscrito o deputado Silvío Dreveck, a quem concedemos a palavra por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, meu colega, parceiro, amigo, v.exa. representa o norte catarinense, não só Joinville, mas todos os municípios da região. Inclusive, subindo a Serra Dona Francisca, mesmo v.exa. não fazendo campanha na região, é reconhecido por seu trabalho, devido à sua brilhante ação como deputado.

Venho à tribuna no dia de hoje porque pensei em registrar mais uma vez, o que já fiz inúmeras vezes nesta tribuna, a falta de investimentos na infraestrutura brasileira, nas rodovias brasileiras, ferrovias, portos, aeroportos.

O Brasil perdeu uma grande oportunidade, principalmente nos anos de 2000 a 2008, onde a economia mundial estava num crescimento muito bom, e a grande maioria dos países cresceu até mais do que o Brasil. Mas perdemos essa oportunidade para fazer as reformas estruturais, seja a reforma política, deputado Altair Guidi, seja a reforma tributária, trabalhista, com o objetivo final de reduzir a burocracia, a carga tributária.

Precisamos de investimentos para aumentar a nossa competitividade no mundo dos negócios, ou seja, exportar mais produtos acabados, que é o que faz a diferença da economia de um país, porque se colocarmos produtos com valor agregado, automaticamente estaremos aumentando muito mais a geração de emprego, de renda, a receita de impostos e consequentemente mais investimentos na nossa infraestrutura brasileira.

Depois de ouvir o deputado Sargento Amauri Soares, um conhecedor da área de segurança, o deputado Maurício Eskudlark, que também é da área, eu não posso fazer a minha fala com conhecimento profundo, mas o que lamento, deputado Sargento Amauri Soares, tenho acompanhado e ao mesmo tempo tenho escutado, são as muitas críticas à Polícia Civil, também à Polícia Militar, porque o bandido é preso, dá um depoimento e vai embora, enfim, se não tem 18 anos, pode matar e não acontece nada, pois não temos um sistema prisional adequado, ou melhor, a lei não permite que se prenda.

Posso estar enganado, mas acho que sofremos de uma legislação que permite uma ação tanto da Polícia Civil, mas mais da Polícia Militar... Se não modernizar as leis existentes no Brasil, vamos continuar com esse problema, este é o meu pensamento.

A polícia faz o seu trabalho, mas a lei não permite que o cidadão seja preso. Ela dá direitos, dos mais diversos, para responder pelos seus crimes em liberdade. E muitas vezes passa o tempo, e o cidadão continua na sociedade cometendo crimes da mesma natureza ou até, digamos, mais elevado, deputado Altair Guidi.

Perguntaram esses dias se somos favor ou contra da alteração da penalidade para o menor infrator.

Deputado Nilson Gonçalves, no meu pensamento, acho que uma pessoa que mata outra por motivos fúteis, e às vezes sem motivo, se tem 80 anos, 16 anos ou 14 anos, algum tipo de punição tem que ter, senão a impunidade nos leva cada vez mais à prática do que está acontecendo hoje no Brasil, dos crimes, como eu já disse, dos mais diversos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Pois não! Ouço o deputado Sargento Amauri Soares, que é um especialista no ramo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, pela generosidade, mas é bondade sua deputado Silvío Dreveck. Gostaria de dizer que também já nos pronunciamos neste sentido, evidentemente com pontos de vista diferentes em alguns aspectos.

Talvez a legislação precise ser reformulada, mas existe, sim, um sentimento nacional, de muitas autoridades, de que é preciso prender menos. Agora, condenado a menos de quatro anos não vai para a cadeia. Nesse caso específico o cidadão é cheio de condenação e processos na Justiça, comete um homicídio, mas ninguém pede a preventiva dele.

Acho que a autoridade poderia usar a legislação em favor da manutenção da segurança para a sociedade, mas não o faz.

Muito obrigado pelo aparte, e este é o meu registro concordando com o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, pois sua manifestação contribui para a minha fala e o meu pensamento. O que não podemos é ficar, principalmente a quem compete legislar sobre a matéria, esperando mais manifestações, mais movimentos, porque uma hora ele vai chegar neste assunto também.

Então, o fato é que deveria haver, e deve haver, iniciativa nesse sentido, porque senão cada vez mais essa insegurança às pessoas de bem só vai aumentar, porque a impunidade leva à prática de outros crimes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário é destinado ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de usar esta tribuna, na tarde de hoje, para falar acerca de um programa que a bancada feminina gravou ontem, programa contemporânea, no qual a Alicena é âncora. Esse programa tem trazido o debate sobre a questão das mulheres de uma forma muito interessante, no sentido do empoderamento feminino. E ontem, no desenrolar do programa que estávamos vendo, eu, a deputada Luciana Carminatti, a deputada Dirce Heiderscheidt mencionávamos algumas dificuldades que o estado de Santa Catarina tem na implantação efetiva da Lei Maria da Penha.

Em Santa Catarina temos uma Defensoria Pública muito aquém do que é necessário. E é preciso lembrar que a Lei Maria da Penha tem seis artigos que pressupõem a existência da Defensoria Pública, portanto, para nós mulheres é uma ferramenta essencial na proteção, particularmente na prevenção à violência contra as mulheres. Mas falta ainda outros equipamentos.

Em Santa Catarina não dispomos de casa-abrigo para mulheres vítimas de violência. Na grande Florianópolis não temos nenhuma casa-abrigo. Nós não temos, Shirlei, companheira do Movimento de Mulheres, uma única Delegacia da Mulher. Aqui temos é a delegacia de desagravados de toda ordem, é mulher, idoso, menor em conflito com a lei, ou seja, uma série de desafortunados legais de toda ordem, congregados, todos, numa delegacia.

Portanto, na verdade, não temos uma única delegacia da mulher no estado de Santa Catarina. Temos delegacias que também atendem às mulheres, mesmo assim essas delegacias vivem à margem da possibilidade de realmente desempenhar o trabalho que lhes compete, pela dificuldade que têm no seu efetivo.

Mais recentemente temos abordado com alguns integrantes da base do governo e também com alguns secretários que se dispõem ao diálogo que há necessidade de preencher a Coordenadoria Estadual da Mulher. Há meses não temos uma responsável pela formulação de políticas públicas para mulheres, no estado de Santa Catarina. Não há custo, portanto, não é de ordem financeira, não é um problema de quadros. E tenho certeza de que entre tantos partidos aliados, obviamente, há de haver uma mulher com compromisso com a causa das mulheres. Então, só nos resta supor que há um total descomprometimento do governo do estado na política para as mulheres.

Temos, por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira, uma ferramenta nova, que a secretaria nacional de política para as mulheres tem incentivado sua feitura. E precisamos disso no nosso estado, mas não temos quem articule as políticas públicas das mulheres no estado de

Santa Catarina, um estado que tem apenas uma secretária de estado, a deputada Ada De Luca, no primeiro escalão.

Temos apenas quatro secretarias nas dezenas de secretarias regionais e não temos nenhuma mulher à frente da Coordenadoria da Mulher.

A bancada feminina tem se ressentido disso, porque no governo do estado não temos nenhuma interlocução. Não é um problema de finanças, é um cargo vago, e o governo não se dispõe a nomear uma mulher. E reiteramos o apelo ao governador para que preencha rapidamente, porque já demorou, esse espaço da coordenadoria da mulher. Mais do que isso, que seja finalmente uma mulher que tenha de fato interlocução com o movimento das mulheres, que tenha um histórico, que compreenda a luta das mulheres e não seja apenas mera repartição das áreas de influência dentro do governo.

Temos acompanhado nos últimos tempos uma total desarticulação no campo da política para as mulheres no estado de Santa Catarina. O pouco que se construiu vem sendo desarticulado, e isso está diretamente ligado à inoperância do governo de estado em nomear sua coordenadora para política de mulheres no nosso estado. É bom lembrar que essa mesma coordenadoria foi implementada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, atendendo a um apelo das mulheres, no dia 08 de março, no Tribunal de Justiça, quando ele se comprometeu e assinou efetivamente o decreto da constituição dessa coordenadoria, que, na verdade, não aconteceu. A coordenadoria nunca teve de fato envergadura política capaz de cumprir o seu papel, de articular as políticas públicas para as mulheres dentro do governo do estado de Santa Catarina.

Não por acaso, sr. presidente, o estado de Santa Catarina é o que tem a maior desigualdade salarial entre homens e mulheres no país. Ostentamos índices assustadores de violência contra a mulher, e o nosso estado ainda é o que tem maior desigualdade na participação política de mulheres. Por isso, propomos dois projetos de lei tentando buscar que as mulheres, tendo mais protagonismo político, possam ocupar mais espaço.

Pedimos, então, ao governador do estado que tome a providência de nomear a coordenadora de mulheres.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, ocupamos a tribuna na tarde de hoje com muita alegria para relatar aos senhores e, principalmente, aos moradores da região da Amfri, que hoje, deputado Volnei Morastoni - e v.exa. não pôde participar porque estava presidindo a comissão de Saúde, mas também é solidário com a nossa luta -, tivemos a oportunidade de ter uma audiência com o nosso querido reitor da Udesc para fazer os encaminhamentos da continuidade da nossa tão sonhada universidade pública e gratuita na nossa região.

Esse trabalho, senhores e senhoras, começou no ano de 2003. Lutamos, então, na época com o professor Diomário de Queiroz, e depois com o Anselmo, o Sebastião e o professor Amilton Tomaz, e conseguimos um curso para Balneário Camboriú, que foi o de Administração Pública.

Sabíamos que depois desse curso iríamos trabalhar por um campus, deputado Volnei Morastoni. E o então prefeito Rubens Spermau, e agora o prefeito Edson Dias, fez a doação do

terreno para a construção do campus - e a Udesc comprou mais um pedaço - e hoje a realidade de Balneário Camboriú e da região é que existe a Udesc lá instalada que oferta a graduação universitária em Engenharia do Petróleo, mas num local alugado - não é no campus próprio que a Udesc tem naquela região.

Nós fomos lá, deputado Volnei Morastoni, mesmo com a sua anuência também, mas com a sua solidariedade, conquistar, além dos cursos que virão, também o nosso campus. E para a nossa alegria e satisfação, o reitor, muito solidário e, com certeza, vendo a necessidade, fez um trabalho junto à bancada federal, aos deputados e senadores, e já tem recurso especificado de emenda de bancada para a Udesc. Não necessariamente para o campus de Balneário Camboriú, mas o reitor, sensibilizado com os nossos pleitos e com a necessidade da região, está, sim, viabilizando uma parte desses recursos para começarmos o campus da Udesc em Balneário Camboriú.

Fora isso, srs. deputados e deputado Volnei Morastoni, também estamos pleiteando junto ao secretário da Educação. Já estivemos em audiência com o professor Eduardo Deschamps, que também é solidário às nossas causas. E o reitor, hoje, também se colocou à disposição para que possamos colocar mais uma parte do necessário recurso dentro do Pacto por Santa Catarina, especificamente dentro do Pacto da Educação.

Então, dentre as várias conquistas que a Amfri está conseguindo, como a ampliação do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen; a duplicação da rodovia Antonio Heil, a estrada que liga Brusque a Camboriú; o nosso tão sonhado centro de eventos no município de Balneário Camboriú; os cinco colégios estaduais, dos quais três na cidade de Itajaí, um em Navegantes e um em Balneário Camboriú, vem se somar também agora o nosso campus da Udesc.

Sabemos que uma obra dessa complexidade, com esses recursos, não é um caminho tão fácil de ser trilhado. São várias portas que necessitam ser abertas, são várias reuniões que precisam ser feitas, mas, com certeza, estamos encontrando, além das portas abertas, as convergências nas nossas conversas da responsabilidade do governo Raimundo Colombo, e, principalmente na área da educação, voltada a essa necessidade e a esse pleito.

Surpreendeu-me, deputado Volnei Morastoni, saber que hoje, fazendo uma análise com o reitor da Udesc sobre o vestibular, o nosso curso de Engenharia Petróleo é o mais procurado dentro da Udesc, superando a casa dos 20 a 21 candidatos por vaga, superando até a engenharia de Joinville, que, proporcionalmente, bate no mesmo ponto porque lá são mais vagas.

Então, veja bem, é um curso que tem dois ou três anos, não tem mais do que isso, na nossa cidade, que está superando todos os demais cursos da Udesc em termos de procura e demonstrando a importância desse profissional no mundo de hoje, na nossa realidade socioeconômica ambiental.

Fico feliz e quero aqui dividir essa felicidade com esta Casa, devido à importância que isso representa para a nossa região. E quem é professor ou quem já cursou uma faculdade sabe que muitas vezes sonhamos em poder ter um curso de graduação, até tecnólogo, mas que seja gratuito. E enxergamos na Udesc, principalmente para os nossos jovens, o tão acalentado sonho de um dia poder cursar uma universidade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM- Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo deputado Dado Cherem, quero parabenizá-lo por essa sua iniciativa de estar se colocando à frente desse movimento. Nós estamos

juntos, e v.exa. já justificou que hoje não tive a oportunidade de estar nessa reunião em função da nossa comissão de Saúde, onde tivemos aqui a instalação de duas subcomissões, uma para cuidar da saúde da população negra e outra para cuidar da questão do suplemento de alimentação dos pacientes oncológicos, em tratamento ambulatorial com quimioterapia e radioterapia. E também estamos apresentando o anteprojeto pronto das práticas integrativas e complementares na saúde, que vamos levar ao governador.

Então, existe a importância da Udesc para todo o estado de Santa Catarina, especialmente na nossa região da Amfri, que esse sonhado campus possa realmente se tornar realidade. Hoje está em instalações ainda secundárias, acanhadas, até para a importância dos cursos.

Tenho acompanhado também que o curso de Administração Pública é um dos mais procurados. Inclusive, houve uma grande mobilização da juventude estudante da Udesc pela manutenção do curso.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Obrigado, deputado Volnei Morastoni, v.exa. colocou muito bem que, em relação ao curso de Administração Pública, é uma luta dos alunos, dos professores, da própria comunidade. E nos dias de hoje, deputado Volnei Morastoni, em que a população clama por serviços públicos de qualidade, estamos ofertando uma mão-de-obra nesses cursos.

Para encerrar, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, também quero aqui relatar o bom momento que o PSDB de Santa Catarina vive e viveu, principalmente na manhã de ontem, no encontro com os prefeitos e vice-prefeitos, quando praticamente sacramentou a indicação do senador Paulo Bauer para a Presidência do PSDB, com o gesto praticado pelo deputado Marcos Vieira, de declinar do seu nome, tomando a indicação do senador Paulo Bauer unânime. Desejamos a ele toda boa sorte!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andriano, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres senhores deputados, que bom que está presente a deputada Ana Paula Lima, uma deputada que se envolve diretamente nas questões da saúde não só da sua região, mas do estado de Santa Catarina. Também está aqui o deputado Volnei Morastoni que tem uma história de luta não só a favor da pesca, mas principalmente a favor da saúde pública em Santa Catarina.

Hoje é um dia, deputada Ana Paula Lima, que os médicos estão se manifestando a respeito da proposta do governo de trazer médicos do exterior para trabalhar no Brasil, em regiões que os médicos não querem ir.

Hoje de manhã, tive a oportunidade de ler um editorial muito bem escrito pelo meu amigo e um dos grandes médicos de Santa Catarina, que já foi vice-prefeito dessa cidade, vereador, um grande profissional e um grande cidadão, dr. Ricardo Baratieri. Ele faz uma análise de que a maioria dos médicos que estudam na universidade federal, principalmente escola pública, são dados que ele cita no editorial, vieram de escolas privadas.

Eles frequentam as nossas universidades, deputado Dado Cherem, v.exa. que também é médico, se formam na escola pública e geralmente, segundo dados do editorial, são de classe média alta e preferem ficar trabalhando em Florianópolis.

Existe um projeto de lei do senador Cristovam Buarque, que diz que estudante de escola pública de Medicina tem que fazer um pré-preparo ou um trabalho de dois anos no interior do estado, nas regiões onde os médicos não querem ir. Claro, por falta de estrutura, pela distância, pelas condições às vezes difíceis dos municípios que estão no interior, deputado Moacir Sopelsa. Mas eu acho importante esse projeto de lei, porque se estuda gratuitamente numa universidade pública, a grande maioria, segundo dados do próprio médico, oriunda de classe média alta. E não estou afirmando que eles trabalhem de graça no interior. Não, eles vão ganhar, mas vão trabalhar no interior do estado.

Eu acho interessante que o Senado e o Congresso Nacional, de uma maneira geral, a Câmara Federal, está com uma pressa danada para dar uma resposta para a nação brasileira. É importante que dê, que aprove esse projeto também.

Não estou aqui defendendo a vinda de médicos do exterior para cá, porque tenho muitas dúvidas se essa é a solução.

O governo não reajusta a tabela do SUS há 12 anos, e durante esses 12 anos já se corrigiu o preço dos remédios três vezes, os quais são fabricados por grandes multinacionais. Não corrigem a tabela da SUS, principalmente para atender aos hospitais filantrópicos das nossas irmãs, espalhadas por toda Santa Catarina, os hospitais privados e também os hospitais públicos, onde uma consulta médica não chega, se eu não me engano, a R\$ 30.

Imaginem se um cidadão do SUS consegue fazer uma ressonância magnética. O SUS paga tão pouco que não tem.

Essa proposta do editorial do nosso companheiro Ricardo Baratieri tem que ser levada em consideração.

O promotor de Justiça, quando faz um concurso para ser juiz, ele não passa por toda uma via sacra, começando lá pelo interior do estado? Vai se aproximando da capital pelas condições de vida melhor, essa coisa toda? Por que um médico que se forma em uma universidade pública não pode fazer um estágio probatório, recebendo dinheiro, no interior do estado?

Acho que o projeto do senador Cristovam Buarque é uma boa alternativa. Esse projeto não vai resolver o problema. Mas é esse projeto, é o reajuste da tabela do SUS, é a má gestão no trabalho da saúde pública, no Brasil. E não estou falando somente do governo federal, mas da má gestão dos estados, das prefeituras municipais, estou falando do corporativismo médico que também tem que ser levado em consideração.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. deputado, v.exa. toca numa questão extremamente importante e dá como exemplo um juiz de Direito, alguém que passa num concurso e começa, em primeira instância, a carreira de juiz, lá na mais longínqua talvez das comarcas de qualquer estado brasileiro. Por que ele vai para lá e por qual motivo ele de lá sai para outras comarcas e exerce a sua função de juiz? Porque para lá, deputado Edison Andrino, ele leva a ferramenta necessária para o exercício da função, que é o Código de Processo Penal, o Código Civil, enfim, os livros necessários para, se constatando um crime, um delito, ou para resolver uma questão, ele tem esses livros, diferentemente do que acontece com um médico.

Hoje estava escutando uma entrevista do grande médico Cyro Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, e ele dizia que não adianta pagar R\$20 mil para um médico ir para o interior do estado. Por quê? Uma pessoa vai até o médico e diz que está com dor no

peito. E o médico fica em dúvida se ele está sofrendo um enfarte e pede um eletro. Mas não tem equipamento no posto de saúde. Então, o médico não vai, porque não tem como diagnosticar a doença. Ele pode ganhar bem, quer ir, mas infelizmente o governo não dá a devida infraestrutura para que possa exercer a Medicina, diferentemente de um juiz que tem lá a sua jurisprudência. Essa é uma das principais razões.

Outra questão é a tabela SUS, o maior cancro da saúde no Brasil. Veja que um leito de UTI é bancado pelo SUS na faixa de R\$400,00, conquanto que por aí custa entre R\$800,00 e R\$1.000,00. Certamente 10% do PIB resolvem a saúde.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira. Incorporo o seu pronunciamento à minha fala.

Ouçou a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - O que o deputado Marcos Vieira falou é inadmissível. Eu concordo realmente com o projeto do deputado Cristovam Buarque. E teria que dar um retorno à sociedade, sim, para aqueles que estudam em escola pública, que os médicos deveriam ir para o interior do estado e do Brasil para exercer a Medicina.

Mas quero dizer que essa proposta da nossa presidente Dilma Rousseff é, inclusive, um pedido da Frente Nacional de Prefeitos, não somente de municípios pequenos. Por exemplo, na minha cidade de Blumenau, fechou a pediatria do Hospital Santo Antônio. Lá tem todas as condições de trabalho, mas não tem médico, e é um grande centro de atendimento de saúde. O prefeito de Brusque está pagando uma fortuna para um médico e não tem o suficiente. E em vários municípios do interior do nosso Brasil não sequer um médico para trabalhar ganhando R\$30 mil. É essa a discussão.

Penso que esse debate é importante, porque agora a categoria médica irá fazer a discussão desse problema também, para dizer que tem que ir para o interior do estado. E se houve avanço nas escolas de Medicina, foi no governo do presidente Lula e da Dilma, eis que nunca se abriu tanto curso dessa área para formar esses profissionais que o Brasil precisa. Mas essa é uma discussão mais ampla, sr. deputado.

O Brasil é um país que menos importa profissionais, a exemplo do Canadá e da Europa. E muitos profissionais médicos que se formaram no Brasil também estão exercendo a profissão em outros países. É uma medida emergencial, pois temos que garantir a saúde, o atendimento médico à nossa população. De repente, daqui a alguns anos, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é médico e pediatra, vamos ter esses profissionais no atendimento. Mas é um processo emergencial, tanto é que eles vêm para atender a essa demanda e não vão ficar em nosso país, porque o diploma não será validado.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Deputada Ana Paula Lima, agradeço a sua contribuição e acho que v.exa. tem razão em parte. Só que esse debate já podia ter sido provocado pelo governo federal, pela presidente Dilma Rousseff ou pelo ministério da Saúde.

Concordo em parte com v.exa. que os médicos não querem ir para o interior, apesar de que Brusque não é interior. Brusque é uma grande cidade. Se chamar Brusque de interior, o deputado Ciro Roza vai ficar chateado, porque não é interior.

Não adianta o médico ir para o interior, porque não há como fazer os procedimentos médicos pela tabela do SUS, é complicado. É o maior complicador da saúde hoje, ou um dos maiores complicadores, a tabela do SUS. Quem é médico aqui sabe que é verdade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Edison Andrino, o grande mérito já é o debate que está sendo feito, mas terá que se aprofundar inclusive para os cursos de Medicina que estão formando profissionais. Que profissionais estão sendo formados? Para qual mercado? Para as necessidades da saúde da população brasileira? Caso contrário, estamos formando apenas cada vez mais especialistas, que são necessários, lógico, mas temos necessidade, muitas vezes, de um médico clínico. E não precisa de grandes aparatos, não, pois a clínica é soberana. Não há nada que substitua a clínica. E hoje se está substituindo a clínica por equipamentos, por exames.

Então, é verdade quando se diz que tem que ter estrutura, é lógico, precisa ter, se tiver é melhor, mas grandes porções do Brasil estão conclamando a necessidade de médicos clínicos para fazer aquele primeiro atendimento. E hoje, 80%, 90% dos problemas são resolvidos numa atenção básica, sem grandes aparatos.

Ninguém quer ir para o interior, e 70% dos médicos catarinenses estão concentrados no eixo Florianópolis, Itajaí, Blumenau e Joinville. No Brasil estão concentrados no eixo Rio/São Paulo, nas capitais. Então, tem que debater. E a questão de importar médicos é uma realidade também normal na Inglaterra, nos Estados Unidos e pelo mundo todo. Então, esse debate é muito mais amplo e mais profundo, inclusive sobre os profissionais médicos e outros profissionais da saúde, porque não são só médicos, porque a saúde também é um trabalho de equipe que estamos formando.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dado Chereim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Dado Chereim - Deputado Andrino, acho que o debate realmente é importante. É um tema que está latente na opinião pública brasileira, nos meios da área da saúde. São várias condicionantes que dificultam tudo isso, desde a opção de vida, da qualidade de vida daquela família, porque não pode só pensar no médico, pois aonde vai o médico vai a sua família, a sua mulher, os seus filhos que preferem morar numa região na faixa litorânea. Esse é um lema familiar pessoal. O segundo problema tem a ver com a questão salarial e estrutural.

Também pesa ser médico 24 horas por dia, sete dias por semana, 30 dias por mês, numa cidade com seis mil, sete mil habitantes, que tem apenas um profissional para atender a toda população.

Então, não se consegue parar. Entra num nível de estresse extremamente profundo. Há a questão salarial. Vou citar aqui o exemplo do prefeito Alcimar de Oliveira, conhecido como Kiko, de São Domingos, que oferecia na época, não vou falar hoje porque não sei mais, mas na época que fui secretário estadual da Saúde ele oferecia de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil e não conseguia um profissional para trabalhar.

Então, deputado Edison Andrino, o grande problema mesmo é o subfinanciamento da saúde. O que tem que ser feito? Uma política voltada para os médicos, seja federal ou estadual, uma política voltada para os conveniados com a rede SUS, área hospitalar. E se hoje existe uma demanda reprimida ou ausência de médicos, defendo a profissão de médico como carreira do estado como é hoje a de juiz e promotor, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a sua contribuição a este tema tão importante, até em função da paralisação dos médicos hoje no Brasil inteiro. E aproveitando o momento, sr. presidente, quero cumprimentar de novo aqui, quem sabe, o futuro deputado Ricardo Barateri, que me fez vir à tribuna com o seu editorial. É importante o que ele justifica aqui, pedindo ao Senado que aprove o projeto do senador Cristovam Buarque, passo importante para amenizar um pouco a situação da saúde pública no Brasil.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de também fazer uma manifestação sobre saúde. Vou fazê-la, não que o debate anterior não estivesse interessante, mas quero abordar aqui outro aspecto relacionado à área da saúde. Inclusive quero comemorar uma conquista importante, que é o anúncio pelo ministério da Saúde que passa a incorporar a vacina contra o HPV ao SUS. Meninas de dez anos e 11 anos serão protegidas contra variáveis do vírus responsável por 70% dos casos de câncer de colo de útero.

Esse anúncio foi feito pelo ministério da Saúde, na última segunda-feira, que é a incorporação ao Sistema Único de Saúde da vacina contra o Papilomavírus (HPV), usado na prevenção de câncer de colo de útero. E a previsão é para o início de 2014.

Quero destacar que é uma grande conquista. Até já havia lutas nesse sentido. Inclusive, tramita no Senado o Projeto de Lei n. 6.820/2010, de autoria da então senadora, hoje ministra, Ideli Salvatti, que altera na proposta do projeto a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento da vacinação HPV à população.

Então, o anúncio da incorporação dessa vacina pelo ministério da Saúde é extremamente importante. E não poderíamos deixar de registrar também que agora feita essa conquista novas demandas, com certeza, virão. E a demanda seguinte é que, atendidas essas meninas de dez anos e 11 anos, possam ser estendidas a todas as mulheres, independente da faixa de idade.

Só para termos uma ideia, essa medida vai beneficiar, em Santa Catarina, 100 mil meninas. É a primeira vez que a população terá acesso gratuito a uma vacina que protege contra o câncer.

Esse é um destaque que queríamos fazer aqui, pois a estratégia de vacinação, no meu entendimento, está correta. E serão aplicadas através de autorização dos pais ou responsáveis, junto com as escolas, principalmente com relação à primeira dose. Essa é uma ação importante e uma metodologia, uma estratégia interessante para atingir o público alvo e conseguir ampliar a adesão e a proteção contra o HPV. E essa imunização vai ocorrer nas escolas e nas unidades de saúde, o que será importantíssimo.

Quero também destacar que no ano passado o investimento na expansão de serviços para tratamento do câncer, na rede de saúde pública, foi de R\$ 2,4 bilhões. E 78% do total foram da faixa etária prioritária.

Citei dias atrás um caso, claro, de forma genérica, sem me referir nem à cidade nem às pessoas, sobre uma pessoa que tem um plano de saúde e foi acometida de um câncer, obviamente pego de surpresa. E como o seu plano não cobre o atendimento, está sendo tratada no SUS, onde foi prontamente atendida. Esse é um exemplo

importante de como se precisa valorizar o Sistema Único de Saúde. Neste caso específico foi o SUS que veio em socorro dessa pessoa que inclusive possui um plano de saúde.

Quero também destacar uma ação do ministério da Saúde, o Plano de Expansão dos Serviços de Radioterapia, com a aplicação de R\$ 506 milhões na criação de 41 novos serviços de radioterapia e ampliação de outros 39. Cada um dos 80 serviços de radioterapia receberá um aparelho Acelerador Linear. Enfim, acho que conquistas como essas precisam ser comemoradas, assim como entendo que foi importante, na noite de ontem, o Senado confirmar a votação da destinação dos royalties do petróleo para a educação e a saúde. Acho que foi uma conquista importante e espero que o quanto antes - essa lei terá que ser revisada pela Câmara em função de algumas alterações - possa ser sancionada e garantir os recursos para essas áreas prioritárias.

Quero, por fim, aproveitando a fala da deputada Angela Albino que fez uma manifestação nesta tribuna, informar que amanhã será votado no Senado o relatório da senadora Ana Rita sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, com algumas recomendações para Santa Catarina, recomendações estas que a deputada Ana Paula Lima anunciou aqui em plenário. Assim, gostaria de fazer esse registro.

Para encerrar quero reafirmar e comemorar esse anúncio da incorporação da vacina do HPV ao SUS e esperar que atinja o maior número de meninas possível. Como disse, neste estado, serão mais de R\$ 100 mil beneficiadas e, depois de atingido esse público prioritário, esperamos que possa ser extensivo a todas as mulheres brasileiras.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Esse é um assunto que precisamos debater bastante, e essa seria uma vacina preventiva. Mas, deputado, alguns municípios catarinenses estão dando bom exemplo, e cito um aqui próximo. Em São Pedro de Alcântara, as meninas e os meninos já estão sendo vacinados com a vacina anti-HPV. Acho bela a sua fala, a preocupação que tem pela saúde e pela questão da CPMI que relatou que o governo do estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público têm que se adequar para proteger as mulheres com a Lei Maria da Penha. Parabéns!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado!

Com relação a esses municípios, quero dizer que os administradores não precisam ficar esperando que todas as decisões venham do poder central; os administradores podem tomar a linha de frente e fazer programas especiais. E quero citar que, quando prefeito, também fizemos uma legislação municipal especial em relação, por exemplo, a hepatites. E que não há necessidade sempre de esperar que seja o ministério da Saúde. Agora, claro que a ação maior, partindo do ministério da Saúde, parte de uma ação nacional, vira política pública nacional de saúde e, portanto, essa incorporação da vacina HPV ao SUS é uma das questões importantíssimas que foram decididas, agora, nos últimos tempos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0064/2013, 0146/2013, 0164/2013, 0178/2013, 0184/2013, 0210/2013,

361/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0058/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0224/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0398/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0081/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes e da Federação Catarinense das Apaes, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de dezembro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, apenas para destacar que essa é uma homenagem a todos os profissionais voluntários que se dedicam a uma causa muito nobre em Santa Catarina, que é a defesa dos direitos da pessoa com deficiência, sobretudo aqueles matriculados nas quase 200 Apaes espalhadas em Santa Catarina. E o dia 20 de dezembro foi escolhido, porque neste dia foi sancionada em Santa Catarina a Lei do Fundo Social, de autoria do ex-deputado Julio Garcia, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, que se não resolveu, evidentemente, a situação financeira das Apaes mas deu uma autonomia muito importante para que essas instituições, espalhadas em todo o estado, possam atender com mais qualidade a essa demanda em nosso estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram

Aprovado.

Chamo a atenção dos srs. parlamentares que estão nos gabinetes para que compareçam ao plenário, para que haja a viabilidade de votarmos os vetos, pois ainda não temos quórum suficiente. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0159/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Beth Hayötser, de Rodeio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0168/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e outras Drogas (ARAD), do município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0085/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual dos Profissionais e Voluntários das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), Associações de Pais e Amigos dos Autistas (Amas), Associação de Pais e Amigos dos Surdos (Apas) e das demais instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de outubro, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0191/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da Lei n. 15.023, de 2009 (execução dos Hinos Nacional Brasileiro e do estado de Santa Catarina). Dentro deste projeto foi apensado o PL n. 0256.1/2012.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, apenas para fazer aqui o encaminhamento de votação e pedir o apoio dos srs. deputados e sras. deputadas.

Essa matéria há muito tempo tramita nesta Casa, no sentido de que outros deputados também tiveram essa iniciativa e foram apensados vários projetos, a fim de regular a execução do hino de Santa Catarina nos eventos.

É uma medida necessária para popularizar o nosso hino. E tenho a apresentação de plebiscito que foi aprovado por unanimidade de mudar o hino de Santa Catarina ou não, mas enquanto perdurar o atual hino temos que tentar popularizá-lo.

Essa é uma forma de, nos grandes eventos de nosso estado, ser feita a execução do nosso hino de Santa Catarina, a exemplo do que vimos em outros estados, como no estado vizinho do Rio Grande do Sul, onde há uma comoção quando vê, num evento esportivo acontecendo naquele estado, o seu hino executado, quando todos cantam com fervor, paixão, o que não é o nosso caso em Santa Catarina.

Então, é uma forma de popularizar o nosso hino.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0214/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia da Fitoterapia no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que registrem a presença, para verificarmos se temos quórum para deliberar os vetos.

(Procede-se à verificação de quórum por meio eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER pres

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA pres

DEPUTADA ANGELA ALBINO pres

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM pres

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT pres

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO pres

DEPUTADO GELSON MERISIO pres

DEPUTADO GILMAR KNAESEL pres

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS pres

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA pres

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER pres

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI pres

DEPUTADO KENNEDY NUNES pres

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI pres

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK pres

DEPUTADO MAURO DE NADAL pres

DEPUTADO MOACIR SOPELSA pres

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA pres

DEPUTADO NILSON GONÇALVES pres

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON pres

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES pres

DEPUTADO SERAFIM VENÇON

DEPUTADO SILVIO DREVECK pres

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI pres

Registraram presença 24 srs. deputados.

Há quórum para deliberação. Vamos deliberar sobre os vetos.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/12, que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu peço a retirada de pauta da apreciação desse veto, com o consentimento do líder do governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A pedido do autor, está retirada de pauta essa mensagem de veto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Romildo Titon da mesma forma, eu gostaria de consultar v.exa. e os srs. líderes para que pudessemos retirar de pauta a Mensagem n. 0792/2013.

Deputado, estou tratando com o governador e há uma possibilidade de contemplar pelo menos parte do nosso projeto de lei. E acredito que até a próxima terça-feira vamos conseguir. Se fosse possível atender ao nosso pedido e retirar da pauta do dia de hoje, seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - É um direito que assiste ao parlamentar.

Está retirada de pauta.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a pedido do deputado Dirceu Dresch, autor dessa matéria, que não pode estar presente na sessão de hoje, pedimos a retirada das Mensagens n.s 0789/2013, 00837/2013.

Também, sr. presidente, por gentileza, pedimos a retirada da Mensagem n. 0853/2013, a projeto de nossa autoria, porque também estamos debatendo esse projeto com o governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A Mensagem n. 0853/2013?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente deputado Romildo Titon, são as Mensagens n.s 00853/2013 e 00789/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Estão retiradas de pauta as Mensagens n.s 0853/2013, 0837/2013 e 0789/2013.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0821/2013, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0019/2012, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sr. presidente, eu não falo aqui em nome do deputado Carlos Chiodini nem do deputado Altair Guidi, mas entendo que tem que ser isonômico o tratamento para todos. Alguns presidentes pediram a retirada do veto. Então, por justiça, entendo que o veto dos deputados Carlos Chiodini e Altair Guidi também devam ser retirados de pauta.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Da mesma forma, pela colocação do deputado Marcos Vieira, solicito que o veto dos srs. deputados não presentes em plenário sejam retirados, em respeito aos nossos parlamentares, até porque não estão presentes para fazer a devida defesa dos seus projetos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, talvez v.exa. fixe uma data para a votação de todos esses projetos, não podendo mais ser requerida a retirada de pauta. Talvez seja melhor, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Podemos até estabelecer, mas já estabelecemos outras datas e não ocorreu a votação.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero solicitar a retirada de pauta desse projeto, porque hoje pela manhã estive com o secretário Nelson Antônio Serpa, tendo em vista que o parecer desse veto se embasa numa lei federal que agora não me recordo o número. Mas resolvi estudar essa lei federal, e não há o menor embasamento jurídico nessa lei federal para se pedir o veto dessa matéria.

Então, o governo ficou de avaliar, e na semana que vem voltarei a manter contato, porque não há justificativa plausível para esse veto. Inclusive, o próprio secretário Serpa também achou; por isso, o pedido para a retirada do veto, para que se aguarde o parecer de uma nova avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Retirado todos os vetos da pauta, marcamos por sugestão do deputado Marcos Vieira para a próxima terça-feira, independente de pedido de retirada de veto. Na próxima terça-feira vão ser deliberados todos os vetos.

A Presidência consulta os srs. líderes se há concordância sobre essa questão.

(Os líderes aquiescem.)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Em nível de contribuição à decisão de v.exa., gostaria de dizer que independente da presença ou não do deputado em plenário vamos deliberar na próxima terça-feira, até porque acordamos e para que os deputados não digam: "Ah, eu não estava presente" ou "Por que não me avisaram?" Está definido que na próxima terça-feira vamos ter a deliberação com ou sem a presença dos respectivos autores das matérias que serão analisadas sobre o veto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Nós é que agradecemos. Se os srs. deputados concordarem, vamos colocar extrapauta a votação do PLC n. 0018/2013, do Ministério Público.

A Presidência consulta se há concordância dos srs. líderes para a votação desse projeto.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2013, de autoria do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Conta com pareceres favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Finanças e da de Trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADA DIRCEU HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO GILSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOCIR SOPELSA sim

DEPUTADO MARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SANDRO SILVA

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim" e nenhum voto "não".

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0413/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0414/2013 e 0415/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, 0416/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0417/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, 0418/2013, 0419/2013, 0420/2013, 0421/2013, 0422/2013, 0423/2013, 0424/2013, 0425/2013, 0426/2013, 0427/2013, 0428/2013, 0429/2013, 0430/2013 e 0431/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0711/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0713/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0715/2013, 0716/2013, 0717/2013, 0718/2013 e 0719/2013, de autoria do deputado Jailson Lima;

0720/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0721/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Requerimento n. 0714/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem aos gerentes de empresas de telefonia Vivo, Oi, Claro e TIM, pedindo a instalação de antena de telefonia móvel nas localidades de Barra São João, Alto Benedito Novo e Santa Maria, no município de Benedito Novo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0053/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente do Contran, solicitando a revogação imediata das Resoluções n.s 429/12 e 434/13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0054/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo apoio à urgente aprovação do Projeto de Lei n. 0395/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0055/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Contran, manifestando contrariedade às resoluções n.s 429/12 e 434/13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0066/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Casa Civil, solicitando informações sobre quais as verbas remuneratórias e respectivos valores, a qualquer título, a exemplo de salários, jetons, ajuda de custo, participação nos lucros das empresas públicas e sociedades de economia mista do estado a que fazem jus os membros dos conselhos que compõem o governo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, pedi a palavra somente para fazer o registro da presença do nosso prefeito de Imaruí, o Manoel, que está hoje visitando esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, mais uma vez gostaria de registrar e agradecer a presença aqui na Casa, no dia de hoje, do nosso *trade* turístico de Joinville, que esteve visitando o gabinete dos deputados estaduais da região, especialmente os deputados Kennedy Nunes, Darci de Matos e este deputado. Queremos agradecer a presença da Maria Conceição Junkes, presidente do Núcleo da Ajourteme; do Mário Lobo Filho, presidente da Associação Brasileira de Agência de Viagem de Santa Catarina; do Douglas Hoffmann, da Fundação Turística da prefeitura de Joinville; do Sérgio Roberto Ferreira, diretor presidente da Fundação Turística da prefeitura de Joinville; da Rosicler Dedekind, vice-presidente de núcleos e negócios da Ajourpeme, e da Ana Luíza Moeller Wetzell, do *Convention Bureau* de Joinville e região.

Quero deixar registrada a presença deles, que foi muito importante.

Foi-me perguntado, inclusive, pela jornalista que acompanhava o grupo o que eu penso, como deputado, sobre a questão turística e as reivindicações turísticas da minha região. Eu respondi, e quero que fique registrado, que acho que estamos atrasados há alguns anos em relação a outros países, e quem sabe em relação até ao nosso próprio país. Vemos a região nordeste brasileira com muito mais intensidade turística do que vemos a região norte, por exemplo. Joinville é uma cidade bonita, aconchegante, mas que ainda não tem os atrativos turísticos necessários para atrair pessoas de outros centros, de outras cidades e de outros países para visitá-la.

Quero também registrar, sr. presidente - e é uma pena que o deputado Gilmar Knaesel não esteja mais aqui, o meu companheiro e parceiro de partido que aprovou agora há pouco, por unanimidade... Inclusive, eu ia pedir um aparte, mas não consegui, porque eu queria que fosse, pelo menos, conversado sobre essa questão da obrigatoriedade de se cantar o Hino de Santa Catarina nos grandes eventos do estado.

Ocorreu-me que eu até tenho recortado aqui o comentário de um determinado jornalista de um jornal de grande circulação de Joinville, que disse assim:

(Passa a ler.)

"Já se torna pura insensatez essa história de leis obrigando a execução de dois hinos antes de jogos de futebol. O belo Hino Nacional, muitas vezes ouvido sem o devido respeito, deveria ser executado apenas em finais ou abertura de campeonatos. Mas já há estados e municípios impondo a execução de duas canções cívicas, e os atletas, com esse frio, obrigados a ficar em posição de sentido para ouvir.

O *Rancho de Amor à Ilha*, aliás, é uma beleza, mas a sua execução obrigatória em jogos de Florianópolis seria, no mínimo, um despautério. Logo viriam propostas oportunistas, hinos de partido político, ou marcha da maconha, etc."

Nós aprovamos, por exemplo, no dia de hoje, a obrigatoriedade da execução do Hino de Santa Catarina nos grandes eventos do estado. Já temos a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional. Quer dizer, então, nesses grandes eventos, primeiro tocará o Hino Nacional, que não é curto, diga-se de passagem, e depois deverá ser executado o Hino de Santa Catarina. Tudo bem! Daqui a pouco poderá aportar por aqui mais uma lei para a execução de mais algum outro hino.

Como diz o deputado Kennedy Nunes, daqui a pouco haverá o *Salve o Coríntias* também!

Portanto, temos que ter um pouco de sensatez em relação a essa questão. Eu até sugeriria ao deputado Gilmar Knaesel, já que ele entrou com esse pedido, que o Hino Nacional só fosse tocado, por exemplo, na abertura e no fechamento dos campeonatos e em eventos especiais, e o Hino de Santa Catarina em todas as solenidades importantes do nosso estado, para não ficar essa execução dupla em todos os eventos, o que é realmente cansativo.

Por mais que se goste, por mais que se respeite, por mais que se seja patriota, por mais que se goste do Hino de Santa Catarina, a pessoa ficar em posição de sentido escutando o Hino Nacional inteirinho - porque se fosse tocada somente a primeira estrofe do Hino Nacional, tudo bem - e depois mais o Hino de Santa Catarina, realmente não é fácil.

Dito isso, sr. presidente, quero aproveitar o ensejo também, já que me restam quatro minutos, para registrar que recebemos aqui uma delegação bastante interessante, bastante densa, de moradores da região do vale Itapocu, da nossa grande Joinville.

Essa região do Itapocu, Morro Grande, para quem não conhece, fica entre o município de Joinville, entre Barra Velha/Barra do Sul, fica naquele meio. Fica antes do pedágio. É ali que temos essa população de um número bastante grande de famílias.

A reivindicação deles é simples. E este deputado já levou o projeto, inclusive, ao secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que nos recebe muito bem sempre que vamos lá. Ele já pleiteou junto ao governador o asfaltamento da rodovia que faz parte da rodovia do Encanto, que é a estrada geral do Itapocu, que vem da Barra do Sul até a BR-101. Mas não existe dotação orçamentária para executar essa obra. Inclusive, o governador esteve na Barra do Sul e disse da impossibilidade de asfaltar aquele trecho, porque custaria em torno R\$ 60 milhões, R\$ 70 milhões aqueles 28km.

Ontem, juntamente com a comunidade do Itapocu, com aquela outra comunidade também da estrada geral do Morro Grande, conseguimos ver uma luz no fim do túnel, com o secretário Valdir Cobalchini, porque conseguimos provar e mostrar para ele que não vai ser necessário nesse primeiro momento gastar os R\$ 60 milhões. Nós provamos para ele que se o estado asfaltar pelo menos 5km da BR-101, na direção da Barra do Sul, com aqueles primeiros três a 5km que forem asfaltados teremos solucionado o problema de toda aquela comunidade. Depois desses até 5km temos uma vasta região sem povoamento, sem moradores, até chegar próximo a Salinas, lá na Barra do Sul.

Tivemos a garantia do secretário de estado da Infraestrutura de visitar essa região, para então podermos viabilizar esse asfaltamento. Fiquei muito contente, porque é um anseio, uma angústia daquela população. E não haveria possibilidade de haver alguma esperança, se fossemos colocar os 28km para asfaltamento nesse primeiro momento.

Agora, com essa conversa que tivemos para que se asfalte pelo menos 5km da BR-101, na direção da Barra do Sul, o secretário acabou entendendo como possível. Vai até lá, e vamos ter finalmente, ainda este ano, o início das obras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, faço uma saudação especial ao ex-deputado e conselheiro aqui presente, Otávio Gilson dos Santos, que nos traz grande saudade do seu

tempo de tribuna. Para nós é uma honra recebê-lo aqui.

Hoje estive visitando o hospital Governador Celso Ramos. E lembro-me aqui quantas vezes fui procurado por pessoas que tinham parentes, familiares, aguardando uma cirurgia no hospital, principalmente traumatizados, vítimas de acidentes de trânsito.

Nessa visita ao hospital tivemos uma conversa com o diretor, médico especialista em administração hospitalar, Libório Soncini. Ele nos relatava o que tem feito no hospital, nos últimos meses, procurando tornar o atendimento o melhor possível.

Eu sempre disse, pela minha atividade profissional na segurança pública, que as pessoas sempre estão abaladas ao chegarem a dois locais. No hospital, onde vivenciam um caso grave, um caso de acidente, um caso de doença, e numa delegacia de polícia, numa unidade policial.

Nesses locais as pessoas chegam fragilizadas, vítimas de alguma violência, de algum problema, e precisam de um bom atendimento. E o hospital Governador Celso Ramos tem um excelente atendimento. São 1.500 funcionários, um grande número de funcionários, que se desdobram para dar um atendimento de qualidade.

Nós tínhamos no Hospital Celso Ramos 80 leitos. A capacidade máxima do hospital seria de 200 leitos. Hoje existem 225 leitos em atendimento, em funcionamento. Ou seja, foi possível organizar de uma forma que o número previsto, que era o máximo, esteja hoje superado e dando atendimento à população.

As salas de cirurgia também foram ampliadas, os leitos de UTI foram ampliados, e passam hoje pelo Hospital Celso Ramos, diariamente, em torno de três mil pessoas, entre quem recebe atendimento, familiares, visitas. Então, é um número muito grande de atendimentos e de pessoas que passam pelo hospital.

O hospital está com a sua plena capacidade na área de UTI, na área de cirurgia, na enfermaria, então tem conseguido dar esse atendimento.

Na emergência, há seis meses, a informação é de que muitas vezes 70 a 90 pessoas ficavam nos corredores aguardando cirurgia, aguardando um quarto, que agora baixou para uma média de 20 pessoas.

O hospital tem um movimento muito grande. A todo instante chegam ambulâncias, chegam pessoas feridas, trazidas por particulares, mas conseguiu diminuir aqueles caos de quase 100 pessoas nos corredores. E não deveria ter nenhuma pessoa no corredor; é isso que deseja a administração, os enfermeiros, os médicos, mas como a demanda é muito grande, isso acontece ainda.

A questão dos traumas das cirurgias, segundo o diretor Libório Soncini, o hospital recebe em média uma pessoa traumatizada para atendimento a cada 40 minutos.

São necessárias em média 14 cirurgias por dia de traumatismo em vítimas de acidentes. O hospital tem conseguido dinamizar essas cirurgias; inclusive, hoje se verifica as dificuldades impostas pela Lei de Licitações, e eles precisam de um regime especial de compras. Para a Copa do Mundo há um regime especial, mas não temos para resolver a questão da saúde.

O hospital precisa hoje adquirir 12 leitos, tem local para recebê-los, e há uma burocracia gigante para que o hospital possa fazer a aquisição dessas camas. O objetivo desses leitos é reduzir o tempo de espera das pessoas aguardando uma cirurgia. Esses 14 atendimentos têm sido resolvidos, ficando lá raramente uma ou duas cirurgias para o dia seguinte.

Então, esse é um trabalho de administração, dos médicos, dos enfermeiros, enfim, de todo o corpo clínico. Imaginem as pessoas com traumatismo aguardando numa

maca, no corredor do hospital, e às vezes, pior, a pessoa volta para sua residência e aguarda ser chamada para quando o hospital tiver condições de fazer a cirurgia.

Há uma preocupação muito grande da administração do Hospital Celso Ramos em minimizar essas dificuldades e melhorar o atendimento. Hoje o hospital não tem mais enviado as pessoas para as suas residências, para ficarem no aguardo da cirurgia.

Eu fiz uma visita ao Hospital Celso Ramos e não sou da comissão de Saúde da Assembleia; fiz por conhecer o diretor do hospital, até por uma matéria que foi divulgada de que os pacientes e funcionários estariam sem água. É uma inverdade que foi esclarecida pelo diretor.

Quando as pessoas têm um direito seu atingido, têm por norma reclamar. Em cada andar do hospital, havia uma cantina, onde os servidores faziam suas refeições. E a Vigilância Sanitária não permite isso, por motivo de higiene e de contaminação. O hospital que já queria fechar essas cantinas agora recebeu a notificação desse órgão, e o diretor determinou para que não funcionassem mais. É claro, tem um refeitório-geral, e os funcionários têm que se deslocar. Isso causou algum tipo de descontentamento, mas tem que ser entendido pelos servidores, porque é uma necessidade do hospital.

Então, quando o paciente começou a pedir água, responderam que teria somente no refeitório. O diretor então tem a preocupação, inclusive, se necessário, de colocar bebedouros, para que não haja qualquer tipo de dificuldade.

O Hospital Celso Ramos presta um serviço muito importante, relevante, à sociedade catarinense e à nossa população e não pode ter a sua imagem maculada perante a opinião pública.

Então, temos que ressaltar, sim, o grande serviço de todos os servidores médicos e da administração do Hospital Celso Ramos em prol da população de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Serafim Venzon, deputado Maurício Eskudlark, deputado Padre Pedro Baldissera, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Digital, gostaria de usar este tempo, sr. presidente, para fazer um registro especial, pois estou chegando da nossa bonita cidade de Piratuba, onde estava mais uma vez recebendo os líderes da Assembleia de Deus do estado de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, quando juntos fazemos a convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e sudoeste do Paraná.

Ontem, o deputado Ismael dos Santos esteve lá acompanhando o governador Raimundo Colombo, no ato que regulamentou uma lei que aprovamos aqui, em 2010, de autoria da ex-deputada Odete de Jesus, que isenta de ICMS as contas de energia elétrica dos templos religiosos, sejam eles de todas as denominações.

Então, quero fazer o meu registro de agradecimento ao governador que esteve prestigiando a 72ª Sessão Ordinária da Convenção Ordinária da Ciadescp, a convenção dos pastores das Assembleias de Deus em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná.

Sr. presidente, gostaria que pudesse ser enviado um documento da Assembleia Legislativa parabenizando a renovação do mandato desta junta executiva:

Presidente - pastor João Ceno Ohlweiler, reeleito por mais dois anos, pastor presidente da cidade de Criciúma;

Vice-presidente - pastor Nilton dos Santos - presidente da Assembleia de Deus da cidade de Blumenau. É irmão do deputado Ismael dos Santos;

Secretário-geral - pastor Sérgio Melfior, que é o presidente da Assembleia de Deus da cidade de Joinville, da qual faço parte;

Primeiro-tesoureiro - pastor Cesino Bernardino, presidente da Assembleia de Deus da cidade de Camboriú e presidente dos Gideões Missionários da Última Hora.

Peço também uma mensagem parabenizando a renovação do mandato da Caixa de Missões, Caixa de Socorro. A Ciadescp é presidida pelo pastor Ezequiel Montanha, da cidade de São José.

Então, a todos os membros da convenção que foram reeleitos de forma democrática, e somente dois, sr. presidente, tanto o presidente João Ceno Ohlweiler como primeiro-secretário, foram por aclamação. O restante se elegeu por voto direto, quando eles renovaram mais uma vez o seu mandato pelos próximos dois anos, ou seja, o biênio 2013/2015.

Quero deixar mais uma vez os parabéns! Havia no ginásio, na parte de cima, sr. presidente, 1.350 líderes da igreja, e embaixo estavam as esposas. Afinal de contas, neste ano, o nosso grupo está completando 40 anos de atividade, e surgiu em Santa Catarina.

Tenho a grata satisfação de ter recebido, dos 293 municípios, votos em 289 municípios, pelo papel e pelo envolvimento que temos dentro desse contexto da Assembleia de Deus, aqui, em Santa Catarina.

Então, deixo aqui o meu registro mais uma vez. E que bom ver que o povo está unido, muito perceptivo a este momento que o Brasil está passando. Sabemos que o papel da igreja como um todo, do corpo de Cristo como um todo, é muito importante neste momento que as pessoas estão colocando para fora os seus sentimentos. E a igreja precisa também saber qual o seu papel neste momento que estamos vivendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 023ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2013, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO

ANTROPÓLOGO CATARINENSE EGON SCHADEN

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo prefeito do município de São Bonifácio, senhor Laurino Peters;

Excelentíssimo presidente da Câmara de Municipal do município de São Bonifácio, vereador Ademir Pedro Degering;

Senhor Reimar Schaden, neste ato representando seu pai, Egon Schaden, *in memoriam*;

Professor presidente do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina e da Comissão Catarinense de Folclore, senhor Nereu do Valle Pereira;

Professora e presidente da Associação Brasileira de Antropologia, senhora Carmen Silva Rial;

Professor da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina e coordenador dos eventos do centenário de Egon Schaden, senhor Pedro Martins;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores!

A presente sessão em comemoração ao centenário de nascimento do antropólogo catarinense Egon Schaden foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência convida ainda para compor a mesa de autoridades o capelão do Imperial Hospital de Caridade, padre Pedro Koehler, neste ato representando o arcebispo metropolitano dom Vilson Tadeu Jonck.

(Palmas)

Registramos ainda e agradecemos a presença das seguintes autoridades:

Senhora Sara Poyares dos Reis, professora e membro da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

Padre Mário Sundermann, diretor-geral do Colégio Catarinense;

Senhor Edson Busch Machado, neste ato representando o secretário Executivo de Assuntos Internacionais, Felipe Mello;

Senhor Anderson Flores, procurador-geral-adjunto do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

Senhora Tânia Velter, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, neste ato representando o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Joviles Trevisol;

Vereadores Graziela Vanroo, Gelson Sebastião Beumer, Odeval Orlando Vanroo,

Ronei Buchner e Lindolfo Schug, do município de São Bonifácio.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o sr. Pedro Martins, professor da Udesc.

O SR. PROFESSOR PEDRO MARTINS - Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, e cumprimentando-o, cumprimento os demais componentes da mesa, as demais autoridades presentes, os amigos, colegas e familiares.

Passo a fazer a apresentação do professor Egon Schaden, considerando que em Santa Catarina, de um modo geral, o homenageado Egon Schaden é muito pouco conhecido.

(Passa a ler.)

“É digna de louvor a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina ao realizar esta sessão especial onde se presta homenagem ao antropólogo catarinense Egon Schaden no dia exato em que se completam cem anos do seu nascimento.

A Alesc presta, com a realização deste evento, uma tremenda contribuição à história e à memória de Santa Catarina e cabe-me aqui, nesta fala de apresentação, traçar um breve perfil do professor Egon Schaden, buscando destacar aquilo que me parece fazer da sua vida pública uma trajetória exemplar. Por exemplar, não quero indicar uma trajetória que deva ser seguida ou imitada, uma vez que resultou de um processo histórico específico, mas exemplar no sentido de que merece ser conhecida e compreendida para que dela se possam tirar conhecimentos e resgatá-la como patrimônio da nossa memória.

A trajetória do professor Egon Schaden está repleta de eventos extraordinários que estimulam a reflexão sobre diferentes temas, como a imigração alemã em Santa Catarina, a construção da identidade nacional, o processo de desenvolvimento de comunidades locais, entre tantos outros. Isso motivou a Udesc a investir na pesquisa buscando esse resgate e sua apropriação pelos estudiosos das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, mas também pelo estado de Santa Catarina, particularmente pela cidade de São Bonifácio e sua população.

O processo de resgate dessa trajetória ainda está longe de ser concluído. Podemos, no entanto, para os propósitos deste evento, alinhar alguns destaques que mostram a relevância da pesquisa da trajetória de Egon Schaden, bem como a pertinência das homenagens que a ele se prestam na ocasião do centenário de seu nascimento.

Egon Schaden foi o filho mais velho de Francisco Schaden, jovem pioneiro alemão chegado ao Brasil no início do século XX. Na localidade de Löffelscheidt, Águas Mornas, Francisco iniciou sua carreira de professor primário, casou-se com Catharina Roth e juntou-se a um pequeno grupo de pioneiros para desbravar as terras do Alto Capivari e criar o povoado de São Bonifácio. Lá nasceram seus 11 filhos, aos quais criou e educou, tendo como fonte de sustento não apenas o seu salário de professor, mas principalmente os produtos da agricultura.

Francisco Schaden tinha pouca escolaridade, mas destacou-se como autodidata de muito empenho. A formação adquirida dessa maneira foi crucial para influenciar na formação do menino Egon, a quem se dedicou com toda a sua energia. Dessa maneira, com cerca de oito anos de idade, Egon já partilhava conhecimentos

especializados fora do alcance da maioria dos adultos da sua época.

Francisco sabia, conforme relatou o próprio Egon Schaden muitos anos mais tarde, que após a escola primária, onde Francisco lecionava, terminaria a carreira acadêmica do filho. Sem dinheiro para mandá-lo a uma escola distante e cara, restava a Francisco preparar o filho da melhor maneira possível para explorar por conta própria as suas potencialidades.

Foi assim que Egon, aos 12 anos de idade e já fora da escola como aluno, passou a ser professor em um curso noturno onde alfabetizava agricultores adultos. É também dessa época, segundo relata Egon Schaden, sua experiência mais marcante e que, possivelmente, determinou a vocação de sua vida.

Seu pai, Francisco, homem de grande sensibilidade, foi chamado para intervir em um conflito entre indígenas e bugreiros que se dava nas proximidades do povoado. Egon o seguiu na empreitada como sempre fazia. Chegando ao local do conflito já não encontraram os bugreiros, mas apenas índios mortos a quem deram enterro.

Após três anos fora da escola e com a vida tomando o rumo já esperado pelo pai, aconteceu o evento que alteraria o curso de sua vida.

Em 1927, em visita a São Bonifácio e acolhido na casa de Francisco Schaden, o então governador Adolfo Konder entendeu que o menino Egon merecia uma oportunidade de continuar estudando e indicou-o para uma bolsa de estudos em regime de internato no então Ginásio Catarinense. Em 1928, conforme os registros do atual Colégio Catarinense, Egon Schaden, aos 14 anos de idade, dava entrada em seu pedido de matrícula para ingresso no curso secundário.

Faço dois registros importantes: em 1929, segundo a mensagem do governador Adolfo Konder apresentada a esta Casa, 25 dos 250 alunos matriculados no Ginásio Catarinense eram bolsistas do estado, cinco dos quais em regime de internato, um deles o próprio Egon Schaden.

Outro registro: o governador Adolfo Konder, ao que se pode depreender dos poucos registros existentes, era portador de uma trajetória que se pode também chamar de exemplar, a quem ainda se deve a atenção adequada, principalmente pela sua visão de educação como fator estratégico de civilidade, conforme se pode depreender das mensagens que apresentou a esta Casa, bem como do relato de Othon Gama D'Eça, que enfoca a viagem de Adolfo Konder aos confins de Santa Catarina.

Matriculado no Ginásio Catarinense, Egon Schaden faz transcorrer cada um dos cinco anos que ali passou como aluno exemplar, recebendo a cada ano o prêmio de excelência e sendo lembrado ainda hoje no colégio como o melhor dos seus alunos naquele período.

O ano de 1933 inicia com Egon Schaden em São Paulo, empregado como professor primário e matriculado na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Como relembra Antônio Cândido, ainda não havia a Universidade de São Paulo, criada apenas em 1934, para a qual ele se transfere em 1935. Forma-se em Filosofia em 1937, mas continua a formação acadêmica nesta universidade até o mais elevado nível disponível na carreira acadêmica. Inicia sua atuação profissional na Universidade de São Paulo, em 1942, como assistente do eminente sociólogo Emílio Willems, a quem vai suceder mais tarde na cátedra de Antropologia.

Conforme registros deixados por Egon Schaden, sua maior vocação foi a de professor. Ele a exerceu em todos os níveis, do ensino primário à orientação de teses de doutorado. Para ensinar, no entanto, sempre se dedicou à pesquisa até porque também ensinava a pesquisar. Das pesquisas realizadas, centradas fundamentalmente na questão dos índios brasileiros, resultaram três teses: a de doutorado, de livre docência e de cátedra, três livros sucessivamente reeditados e cujas contribuições ainda são um marco na produção científica do país.

Sua preocupação com a divulgação da produção antropológica e com a disseminação de temas brasileiros entre a população de língua alemã, levou-o a criar diferentes revistas. A primeira, a *Pindorama*, era editada em parceria com seu pai Francisco Schaden.

Na USP criou, em 1953, a *Revista de Antropologia*, da qual foi editor por 20 anos e que se transformou no primeiro órgão de divulgação da Associação Brasileira de Antropologia, criada também na mesma época. A vitalidade da revista é atestada pela sua persistência até os dias atuais, quando completa 60 anos de existência.

No mesmo ano de 1953, Egon Schaden criou o *Staden Jahrbuch*, o anuário do Instituto Hans Staden, editado em alemão com o propósito de estabelecer um diálogo entre Brasil e Alemanha. O anuário foi rebatizado com nome de *Martius-Staden Jahrbuch*, quando o instituto incorporou a homenagem a Von Martius, mas completa em 2013 também 60 anos de existência.

Além de outras obras publicadas e da sua intensa atuação no campo da antropologia, Egon Schaden escreveu centenas de artigos científicos e de divulgação científica publicados no Brasil e em uma dezena de outros países.

Paralelamente à sua atividade como professor e pesquisador, Egon Schaden transitou por uma dezena de países como conferencista ou como professor visitante. Sua maior relação, naturalmente, era com a Alemanha, onde se sentia em casa. Seu amplo domínio de idiomas estrangeiros facilitava seu trânsito pelos diferentes países, como ele próprio registra em depoimento ao projeto da Unicamp.

Além de ser bilíngue, como registra Antônio Cândido, no sentido de que dominava a cultura brasileira e a cultura alemã, Egon Schaden era fluente em inglês e francês desde os tempos do secundário, falava também latim, as línguas internacionais esperanto e volapuk, e aprendeu espanhol e guarani, línguas que utilizou em grande escala não apenas nas pesquisas sobre etnologia guarani, como também nas suas estadas como professor visitante em países de cultura hispânica e guarani.

Segundo o relato de João Baptista Borges Pereira, em 1967, o professor Egon Schaden assustou a todos os colegas e alunos ao pedir repentinamente aposentadoria do Departamento de Antropologia da USP. Ele tinha tempo de serviço para aposentar-se, mas a aposentadoria foi motivada pelo convite recebido do governo alemão para que assumisse, em caráter vitalício, a cátedra de Antropologia Indígena na Universidade de Bonn. Seria a realização de um sonho. Mas apesar de ter nascido na Alemanha, esse não era o sonho de dona Margarida, ou Margarete, sua esposa. Após atender a muitos convites para cursos e conferências em diferentes países, o professor Schaden foi desafiado para uma nova tarefa na nascente Escola de Comunicações e Artes da USP, voltando assim ao trabalho na universidade. Lá criou a disciplina de

Antropologia da Comunicação, usando seu conhecimento das culturas indígenas, mas também a experiência adquirida ao orientar a tese de João Baptista Borges Pereira sobre a participação dos negros no rádio em São Paulo.

Em 1983 Egon Schaden foi aposentado compulsoriamente ao completar 70 anos - fato que o desgostou muito, pois o trabalho para ele não era sinônimo de sacrifício. O professor Egon Schaden veio a falecer em 1991, aos 78 anos de idade.

Como legado, o professor Egon Schaden nos deixou a consolidação da antropologia na USP, a criação da cadeira de Antropologia da Comunicação, a sua obra escrita, as revistas criadas, seu profundo compromisso com a educação em todos os níveis, seu exemplo de pioneirismo em diferentes áreas de atuação, mas, sobretudo, o desejo de tornar menor a distância entre as pessoas, o que é possível através da comunicação do conhecimento.

Se tudo isso ainda fosse pouco, pode-se afirmar que o professor Egon Schaden é o único antropólogo brasileiro de grande destaque cuja origem é eminentemente rural, tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista de classe.

Neste ano de 2013, em que se comemora o Ano da Alemanha no Brasil, nada mais oportuno que comemorar o centenário de nascimento de Egon Schaden, um homem entre duas culturas - nas palavras de Antônio Cândido.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Depois da brilhante manifestação do professor Pedro Martins, convidado para fazer uso da palavra a professora Carmem Sílvia Rial, presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

A SRA. PROFESSORA CARMEN SILVA RIAL - Eu gostaria de saudar o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; o prefeito de São Bonifácio, Laurindo Peters; o presidente da Câmara Municipal de São Bonifácio, vereador Ademir Degering; o padre Pedro Koehler; o sr. Reimar Schaden; e os professores Pedro Martins e Tânia Velter.

É uma honra, como presidente da ABA, estar aqui nesta noite. Agradeço a esta Casa por abrir suas portas aos antropólogos, pois a antropologia catarinense tem tido um papel muito importante na nossa associação. Antes de mim estiveram na presidência o professor Sílvio Coelho dos Santos, também um defensor das causas indígenas, e a professora Mirian Grossi, da UFSC.

Acho que é muito importante que a Assembleia Legislativa, abrigada neste prédio tão bonito que eu ainda não conhecia depois de renovado, dê espaço aos antropólogos e lembre Egon Schaden, porque ao lembrar Egon Schaden lembramos os seus ideais. E os seus ideais podem ser resumidos na pequena história que o Pedro nos relatou acerca do encontro que teve tentando mediar um conflito entre indígenas e bugrerros.

Egon Schaden viveu num tempo difícil para as populações indígenas, um tempo em que ainda se remunerava quem entregava uma orelha de um índio. E o estado brasileiro fazia isso. Mas os tempos mudaram, o Brasil mudou, e hoje talvez um aluno do meio rural tenha maiores oportunidades e conte com bolsas de estudos com uma facilidade maior do que a que teve Egon Schaden. Ele foi uma exceção. Hoje talvez tenhamos uma possibilidade maior de acesso ao conhecimento e de ingresso na universidade. Mas as ameaças às populações indígenas permanecem. Já não são bugrerros,

são outras as forças que se levantam e tentam retirar dos índios aquilo que eles conquistaram como direito constitucional.

É por isso que me alegra muito estar nesta Casa homenageando Egon Schaden, porque espero que a Casa do Povo seja uma voz em favor dos indígenas. Discute-se, hoje, no Brasil outra forma de demarcar as terras indígenas, algo que altere aquilo que está na Constituição. Por isso, esta Casa tem que ser porta-voz desse direito constitucional e não permitir que se altere a legislação, porque aí, sim, estaremos homenageando Egon Schaden, Sílvio Coelho dos Santos e tantos outros antropólogos catarinenses que têm lutado pelos direitos indígenas, sofrendo às vezes infâmias e tentando manter-se como uma voz ao lado dessas populações.

Então, agradeço muito e digo que realmente saio com o coração alegre de estar aqui e ver que as portas da Assembleia Legislativa deste estado estão abertas para algo tão importante que é, de certo modo, o legado de Egon Schaden.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu quero agradecer a manifestação da professora e dizer que os nossos veículos de comunicação, a nossa TVAL, a nossa Rádio Digital Alesc e a nossa Agência de Notícias, haverão de reproduzir esta sessão, para que milhares de catarinenses que nos assistem neste momento e outros, pois esta sessão será reprisada, possam ter acesso a essas informações e conhecer um pouco mais da trajetória de Egon Schaden e dessa história.

Neste momento convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para discorrer sobre o homenageado desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao antropólogo catarinense Egon Schaden em comemoração ao centenário de seu nascimento, um dos pioneiros da antropologia no Brasil.

Nascido em São Bonifácio, criador da primeira revista de ciência que estuda as relações e a evolução do homem, foi professor e responsável pela criação de disciplinas na Escola de Comunicação e Artes em uma das universidades mais renomadas do Brasil, a Universidade de São Paulo - USP -, tornando-se um marco na antropologia brasileira, que transcendeu as fronteiras do país.

Convido o sr. deputado Joares Ponticelli para fazer entrega da homenagem, em nome do Parlamento catarinense, ao sr. Reimar Schaden, neste ato representando seu pai, antropólogo Egon Schaden.

Convido todos os familiares do homenageado presentes para se juntarem ao sr. Reimar a fim de receberem a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o sr. Laurino Peters, prefeito do município de São Bonifácio, para fazer uso da palavra.

O SR. PREFEITO LAURINO PETERS - Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, e estendo os cumprimentos aos demais membros da mesa.

Cumprimento o professor Pedro Martins, da Universidade do Estado de Santa Catarina; a professora Maria Dorothea Post Carella, da Universidade Federal de Santa Catarina; a professora Tânia Velter da Universidade Federal da Fronteira Sul e a nossa

equipe da secretaria da Cultura, idealizadora da homenagem que hoje acontece.

Em especial quero cumprimentar os filhos de Egon Schaden, que vieram de Brasília e de São Paulo para esta sessão.

Também quero cumprimentar toda a família Schaden que se faz presente, os conterrâneos da minha cidade de São Bonifácio e os demais presentes.

Hoje aqui estamos prestando uma homenagem a um filho da nossa terra, o são-bonifacense Ego Schaden, *in memoriam*, nascido em 4 de julho de 1913, filho de família humilde de colonizadores alemães, os srs. Francisco Serafim Guilherme Schaden e Catarina Roth Schaden.

Egon Schaden, depois de muito empenho e dedicação sua e da família, chegou a ser o maior antropólogo que o Brasil já conheceu, ajudando a criar a cadeira de antropologia na Universidade de São Paulo.

Sua capacidade e dedicação levaram o gênio de São Bonifácio a ser palestrante nas universidades pelo mundo, discutindo temas como a imigração dos povos e os conflitos indígenas.

Sugiro que tomemos a trajetória de vida do professor Egon como exemplo, pois superou as dificuldades de seu tempo e deixou-nos um grande legado.

Hoje iniciamos a primeira etapa da nossa homenagem ao ilustre catarinense Egon Schaden.

Quero convidar todos vocês para prestigiarem o seminário Cem anos de Egon Schaden, que acontecerá em São Bonifácio, nos dias 25 e 26 julho.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Reimar Schaden, neste ato representando o seu pai, Egon Schaden.

O SR. REIMAR SCHADEN - Sr. presidente da Alesc, deputado Joares Ponticelli, autoridades que compõem a mesa, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Na condição de primogênito do homenageado desta noite, tenho a grata tarefa de dizer-lhes algumas breves palavras de agradecimento, em meu nome e no das minhas irmãs e dos demais parentes de Egon Schaden.

Nascido há 100 anos na localidade de São Bonifácio do Capivari, neste estado, filho mais velho do mestre-escola Francisco Schaden, não tinha por si só as condições para continuar seus estudos além da escola fundamental.

Afortunadamente, passou por São Bonifácio o então governador de Santa Catarina que, em colóquio informal, atentou para a vivacidade e inteligência do rapaz que lhe limpava as botas. De pronto, ofereceu-lhe ajuda para prosseguir em sua formação, com uma bolsa de estudos no Colégio Catarinense.

Vale observar que, na época, a comunicação com a capital do estado era feita em lombo de burro, ao longo de uma picada no seio da serra. Então, não foi fácil para o jovem, ainda mais quando afastado do seio da família, mas Egon Schaden correspondeu plenamente à confiança nele depositada e durante todo o curso ginasial obteve sempre o primeiro lugar nos boletins escolares de sua turma. Apenas em uma ocasião ficou em segundo lugar, pois fizera uma careta para um vizinho que o cutucara durante o retiro espiritual. No dia seguinte seu pai esteve presente querendo saber a causa de tão mau resultado.

Foi nesse nobre estabelecimento de ensino de Florianópolis, o Colégio Catarinense,

que seu futuro caminho acadêmico foi firmemente alicerçado, ao conferir-lhe rigor e disciplina no pensamento lógico. Deu-lhe assim a possibilidade de prosseguir sua formação como estudante e depois continuar sua carreira como professor e cientista na área de antropologia na recém-criada Universidade de São Paulo, então a única no país digna desse nome.

Chegou, por concurso, até a posição de professor catedrático na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; depois de aposentado, a USP o chamou de volta para atuar na Escola de Comunicação e Artes como professor titular.

Mas sua carreira científica de fato começou em Santa Catarina, quando na companhia de seu pai fez sua primeira pesquisa de campo entre os índios xokleng no oeste do estado.

Realizou suas pesquisas antropológicas com os imigrantes alemães e japoneses, mas principalmente com os indígenas, no Brasil, em diversas regiões, e também no exterior, no Paraguai e na Colômbia. Integrou-se mesmo a uma tribo indígena e gostava de contar o que passou quando os guaranis o receberam como membro em seu meio: teve, na cerimônia, que dançar com eles durante uma noite inteira até a exaustão. Foi então batizado de *Avanhamundajá*, aquele que fala alto. Considerou uma grande honra para ele ter sido o segundo branco a ser admitido na tribo.

Com bom humor, meu pai constatou que a pesquisa de campo com os nativos pode trazer consigo situações imprevistas, quando, por exemplo, sentado em um tronco caído comia seus beijos, um dos quais permanecia ao seu lado; foi quando o cacique veio solicitamente conversar e, desatento, sentou com suas nádegas desnudas sobre o beiju que ali estava. Foi-se a refeição.

No âmbito acadêmico, varou as fronteiras do Brasil, participando de muitíssimos congressos, seminários e similares pelo mundo afora. Foi professor-visitante em muitos países: três vezes na Alemanha, na França, no Japão, no Canadá, na Colômbia, no Equador, e por aí vai. Assim, esse catarinense granjeou fama internacional.

Permitam-me ilustrá-lo com um episódio que, embora quase restrito ao âmbito familiar, parece-me significativo: nossa filha Bettina, violinista de profissão, realizou seus estudos em uma pequena universidade nos Estados Unidos, onde, por força do regulamento acadêmico, foi obrigada a cursar uma disciplina nas ciências humanas; escolheu antropologia. A professora que a ministrava tinha como especialidade os esquimós, nada de índios da América do Sul. Contudo, ao fazer a chamada dos alunos na primeira aula, estancou ao ler o nome de Bettina, e perguntou: 'Você é parente de Egon Schaden?' Lá longe, no outro hemisfério terrestre, seu nome é, ainda hoje, conhecido e lembrado no mundo acadêmico.

Por tudo isso, consideramos muito justa a homenagem que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina presta ao nosso pai no centenário de seu nascimento. Sentimo-nos imensamente gratificados!

Quero terminar minhas palavras com um sincero e profundo: muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência quer saudar mais uma vez todos os integrantes da mesa e em nome de Reimar Schaden cumprimentar toda a família do ilustre catarinense Egon Schaden.

Queremos dizer da nossa alegria em ter recebido uma solicitação do ex-governador e deputado federal Esperidião Amin, que pede publicamente, através, desta Presidência, desculpas por não poder comparecer a esta sessão especial em função de outro compromisso que está empreendendo no vizinho município de Biguaçu, numa atividade que, infelizmente, acabou coincidindo as agendas. E por se tratar de atividade com a presença de parlamentares federais, uma atividade em favor de uma grande causa, que é a Apae de Biguaçu, ele lamentou muito e pediu que fizesse essa justificativa.

Mas foi ele quem nos fez a sugestão de prestarmos, padre Pedro, esta homenagem àquele que foi seu amigo - o senhor, que teve a oportunidade e o privilégio de conhecê-lo e poder chamá-lo de amigo.

Eu, que fui distinguido, caríssimo prefeito, com a generosa condição, nas últimas eleições, de primeiro representante nesta Casa do povo de São Bonifácio, sinto-me feliz e com a consciência do dever cumprido em poder oportunizar, em nome dos 40 parlamentares deste Parlamento, esta homenagem aos familiares, aos descendentes e aos amigos de Egon Schaden.

A terra querida de São Bonifácio emprestou para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo um filho ilustre que precisa ter sua história preservada, difundida, contada aos demais catarinenses. É preciso que se resgate essa história.

Nós cometemos alguns pecados em nosso estado. E lembrava-me agora, enquanto ouvia relatos tão extraordinários feitos pelos oradores que me antecederam, de outras histórias de catarinenses ilustres que não tivemos competência para contar. E recordava a história da grande catarinense Anita Garibaldi, cujos 164 anos de sua morte serão lembrados no próximo dia 4 de agosto.

Eu, já como deputado estadual, em 2001, senti-me, caro prefeito, constrangido quando subindo à colina, que é o ponto mais elevado de Roma, percebi, constatei, vislumbrei, visualizei, padre Pedro, o monumento que a Itália ergueu à catarinense Anita Garibaldi. Mas aqui, no solo onde ela nasceu, no seu país de nascimento, muitas vezes sua história é esquecida, negligenciada e até mal contada.

Falar em repatriar os restos mortais de Anita Garibaldi, como chegou a se falar, é tido como uma ofensa à nação italiana por conta da veneração que a população daquele país ainda dedica a ilustríssima catarinense Anita Garibaldi.

Por isso, sinto-me muito feliz em presidir a Assembleia Legislativa, de propor e

de ter tido a solidariedade unânime desta Casa para a realização desta sessão especial, a fim de que um pedacinho da história tão rica do pai da Antropologia fosse contada nesta noite e repetida, como já disse, através dos nossos instrumentos de comunicação, especialmente no ano do Brasil/Alemanha.

É importante que se registre - e não por acaso, vejam que o ano de 1913 foi muito especial - que em 26 de setembro outro catarinense ilustre completaria 100 anos se vivo estivesse. E por isso estaremos, numa sessão idêntica a esta, celebrando o centenário de nascimento do ilustre tubaronense Willy Alfredo Zumblick, um dos maiores artistas clássicos de Santa Catarina e do Brasil, o maior pintor das bandeiras do Divino, aquele que tão bem retratou, através da sua obra, da sua arte, a cultura, o folclore, a história catarinense, da saga do Contestado, à brilhante trajetória de Anita e Giuseppe Garibaldi. Eu concluo dizendo que faremos um esforço ainda maior, prefeito, inclusive com a boa programação que a prefeitura de São Bonifácio e seus parceiros estão empreendendo, para colocar todo a nossa Diretoria de Comunicação Social e a Coordenadoria de Eventos à disposição, a fim de dar plena cobertura e divulgar ainda mais, para que Santa Catarina possa conhecer, e conhecendo possa orgulhar-se cada vez mais esse ilustre filho, vindo de um município de pessoas tão humildes, trabalhadoras, mas que representam exatamente aquilo que nós somos, um estado composto de diversas etnias, de cores e caras diferentes que nos diferenciam e destacam-nos no Brasil. E aí, talvez por sermos o único estado feminino do Brasil, isso também possa diferenciar-nos dos demais, até porque, padre Pedro, em breve teremos a nossa Santa Albertina, depois de termos a nossa Santa Paulina.

Muito obrigado, parabéns, um grande abraço para toda a família, já que nos alegamos muito por poder prestar este reconhecimento nesta noite.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência aproveita a oportunidade para convidá-los para, na próxima segunda-feira, em sessão especial, lembrar os 30 anos das cheias do vale do Itajaí, aquele momento triste que viveram os catarinenses, mas que conseguiram transformar a dificuldade numa oportunidade de mostrar a força da solidariedade e o poder da reconstrução, que é marca da nossa gente.

Nessa noite também será lançado um livro que relata a trajetória e a ação do governador à época, Esperidião Amin, escrito pelo jornalista Moacir Pereira.

Neste momento, antes de encerramos a presente sessão, convocamos outra, especial, para segunda-feira, às 19h.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 123/2013

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 04/07/2013, referente ao Contrato CL nº 023/2012, celebrado em 05/07/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: SoftwareNews Comércio e Serviços de Informática Ltda.
OBJETO: Renovação por mais 12 meses da licença de uso de software de Telejornalismo *Telenews* e módulos *Newsroom*, *Teleprompter*, *Preview*, incluindo serviços de suporte técnico com atualização tecnológica de software e hardware durante o período de vigência do presente termo, com atendimento remoto "*on line*". Inclui-se no mesmo

objeto o fornecimento em regime de comodato de um servidor de gerenciamento de aplicativos (software e banco de dados).

O servidor de gerenciamento de aplicativos (hardware: microcomputador) será composto por gabinete, monitor, mouse e teclado, com características técnicas mínimas para o devido funcionamento do sistema operacional e das aplicações licenciadas.

VALOR GLOBAL: R\$ 19.620,00

VALOR MENSAL: R\$ 1.635,00

VIGÊNCIA: a contar 05/07/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4, do Contrato Original; Item 15.5 do Edital de Pregão 021/2012 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 30 de julho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Valdivino Alves Maia - Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 124/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 028/2013 celebrado em 02/07/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Jan Formansky Tancredo-ME

OBJETO: Inscrição de 23 (vinte e três) servidores da ALESC no Curso Introdutório de Facilitação de Reuniões Participativas que acontecerá junto ao Hotel do SESC no Bairro Cacupé, cidade de Florianópolis/SC, nos dias 18 e 19 de junho de 2013, e será realizado pelo Instituto Internacional de Facilitation y Câmbio Uruguay.

VALOR: R\$ 27.140,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 054/2013-LIC; Autorização Administrativa.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos) Item Orçamentário: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.31 (Inscrições em Eventos).

Florianópolis, 30 de julho de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 125/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 041/2013-00, celebrado em 23/07/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Jan Formansky Trancredo-Me

OBJETO: Contrato originado pela Inexigibilidade nº 028/2013, referente a inscrição de 23 servidores da ALESC no Curso Introdutório de Facilitação de Reuniões Participativas que acontecerá junto ao Hotel SESC, no bairro Cacupé, cidade de Florianópolis/SC, nos dias 18 e 19 de junho de 2013, e será realizado pelo Instituto Internacional de Facilitation y Câmbio Uruguay.

VALOR: R\$ 27.140,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, III e § 1º da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 028/2013; Autorização para Processo Licitatório 054/2013-LIC; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 30 de julho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Jan Formansky Tancredo - Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1862, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KELLIN BORGES**, matrícula nº 6065, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2013 (Gab Dep Edison Andriano).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1863, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIANA PIRES DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andriano - Imbituba).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1864, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT**, matrícula nº 2924, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, SONIA REGINA DO AMARANTE ARRUDA, que se encontra em licença prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 24 de julho de 2013 (CGP - Secretaria Executiva de Relações Institucionais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1865, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCELO LUIZ ALBERTO**, matrícula nº 5099, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2013 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1866, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FABIO DE SOUSA LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1867, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ALINE CORRÊA DE SOUZA GUESSER**, matrícula nº 7386, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2013 (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1868, de 30 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ERALDO KFOURI**, matrícula nº 617, na DL/CC - Comissão de Legislação Participativa, a contar de 1º de agosto de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***